



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

Nº DO PROTOCOLO (11 de 11)

00-2017/165343-2

16 mai 2017 16:18
Guia: 102330274

JUCERJA

Atos: 304

3330015258-0

TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

HASH: M17051653432T

Pago: 554,00

Pago: 21,00

PRONT: T28V

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

33300152580

(vide Tabela 1)

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada.

Junta » Calculado: 554,00

DNRC » Calculado: 21,00

ULT. ARQ.: 00003037333 08/05/2017 501

1- REQUERIMENTO DE REGISTRO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**

(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: **TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Nire: **33.3.0015258-0**

Protocolo: **00-2017/165343-2** - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

00003041705
DATA: 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

017 ÀS 08:30

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

RIO DE JANEIRO

Local

16 / 05 / 2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome:

Assinatura:

Telefone de contato: **96408-7478**

2- USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Vogal

Turma

Vogal

OBSERVAÇÕES:

35/05/17

Samir F. Barbosa Netto
Vogal
ID nº 5873576-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: **TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Nire: **33300152580**

Protocolo: **0020171653432 - 16/05/2017**

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: **5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5**

Arquivamento: **00003041705 - 17/05/2017**

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



6185065

TELEMAR NORTE LESTE S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

09

Ata da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

realizada no dia 28 de abril de 2017

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. **LOCAL, DATA E HORA:** Realizada na sede da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar – Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070, no dia 28 de abril de 2017, às 8:30hs.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.
3. **PRESENÇA:** Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.
4. **MESA:** Como Presidente, o Sr. Eurico de Jesus Teles Neto; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.
5. **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Reconduzir os membros da Diretoria da Companhia; Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos auditores independentes; (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2017.
6. **DELIBERAÇÕES:** Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia:

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Aprovar a recondução dos atuais membros da Diretoria da Companhia, tendo em vista o término do mandato em curso. Assim sendo, são reconduzidos aos cargos de Diretores da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em

09

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



2020: **(1)** como Diretor Presidente, o Sr. **MARCO NORCI SCHROEDER**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 4427, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob o nº 407.239.410-68; **(2)** como Diretor de Finanças, o Sr. **RICARDO MALAVAZI MARTINS**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 9.139.269-X, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.620.858-41; e **(3)** como Diretor sem designação específica, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97, todos com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar – Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Os Diretores ora eleitos firmaram, na presente data, os respectivos Termos de Posse, que foram arquivados na sede da Companhia, nos quais declararam não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer o cargo para o qual foi indicado.

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Inicialmente, foi dispensada a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, por já serem do conhecimento da acionista, tendo em vista que tais documentos foram integralmente publicados nas edições do dia 30 de março de 2017 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas páginas 63 a 73 e do Jornal Diário Comercial, nas páginas 13 a 22. Foi considerada sanada a falta de publicação dos anúncios comunicando a disponibilidade dos documentos da Administração acima referidos, conforme artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, foram aprovados o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(ii) Em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2016, consignar a apuração de Prejuízo no Exercício no montante de R\$ 2.355.292.947,61 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos) acrescidos dos Lucros Acumulados de R\$ 9,20 (nove reais e vinte centavos), para absorção na Reserva de Lucros de Investimentos.

(iii) Considerando que os atuais membros da Diretoria ao tomarem posse renunciaram à percepção de remuneração, conforme Termos de Posse firmados pelos mesmos, a acionista decidiu aprovar, neste momento, um valor global de Remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2017 igual da R\$0,00, sendo certo que tal aprovação deverá ser revista pela acionista caso, antes da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, se verifique alguma modificação no cenário atual de renúncia à percepção de remuneração pelos administradores.




6185067

7. **ENCERRAMENTO:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia Geral Ordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. ASSINATURAS: Eurico de Jesus Teles Neto – Presidente; Daniella Geszikter Ventura – Secretária; ACIONISTA – Oi S.A.- Em Recuperação Judicial, representada por Marco Norci Schroeder e Eurico de Jesus Teles Neto.

A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017.


Daniella Geszikter Ventura
Secretária


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (Telemar) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Telemar é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2016 com 12,8 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 3,96% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 55,8%, segundo a ANATEL (*). Na Banda Larga encerramos 2016 com uma base de 3,4 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 0,34% em relação a 2015.

A planta de TV de Oi fechou 2016 com 856 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 16,94% em relação a 2015.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2016.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 20.767 milhões em 2016, um decréscimo de 4,3% em relação ao ano anterior.

A Telemar registrou EBITDA de R\$ 4.442 milhões em 2016, um decréscimo de 15,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2016 com um prejuízo líquido de R\$ 2.395 milhões, representando um decréscimo no resultado da Companhia de 9,0% em relação a 2015.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2016. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidada		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidada	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	816.488	1.402.504	3.016.169	2.272.222						
Aplicações financeiras	9	577	67.779	95.507	136.668						
Instrumentos financeiros derivativos			378.477		378.477						
Contas a receber	10	3.546.804	3.921.861	7.233.850	6.882.060						
Estoques		1.380	68.610	344.069	317.336						
Tributos correntes a recuperar	11	339.529	165.978	745.914	522.396						
Outros tributos	12	535.776	419.953	882.217	712.383						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	1.166.950	184.485	27.940	27.940						
Depósitos e bloqueios judiciais	13	202.973	324.885	287.500	370.778						
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			705	53						
Demais ativos		1.069.057	816.438	1.429.810	1.333.090						
		7.679.544	7.750.988	14.073.681	13.053.403						
Não circulante											
Aplicações financeiras	9			165.218	105.386						
Instrumentos financeiros derivativos			1.168.813		1.168.813						
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (i)	64.044	103.500	64.044	103.500						
Créditos com partes relacionadas	24	861.806	885.628	5.004.761	887.384						
Tributos diferidos a recuperar	11	119.989	1.547.687	418.200	2.400.949						
Outros tributos	12	415.193	322.296	546.174	465.202						
Depósitos e bloqueios judiciais	13	4.161.342	3.810.800	5.329.309	4.882.283						
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			3.813	4.839						
Demais ativos		133.014	165.790	205.938	257.178						
Investimentos	14	10.775.861	9.587.099	121.580	140.817						
Imobilizado	15	11.872.581	11.729.056	20.294.338	19.999.100						
Intangíveis	16	443.171	809.809	3.292.804	3.057.228						
		26.846.991	29.910.577	35.446.180	33.283.209						
Total do ativo		38.526.535	37.661.543	49.518.861	46.336.612						
Circulante											
Saldos, encargos sociais e benefícios		194.684	238.872	556.335	491.378						
Fornecedores		2.963.268	1.890.118	5.468.898	4.895.973						
Empréstimos e financiamentos	17	10.230.530	2.259.612	11.691.461	2.528.653						
Instrumentos financeiros derivativos			98.505								
Tributos correntes a recolher	11	18.846	12.016	384.841	226.312						
Outros tributos	12	318.416	327.100	944.168	782.281						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	848.097	860.558	804.097	850.559						
Autorizações e concessões a pagar	19	55.804		77.421	911.890						
Programa de refinanciamento fiscal	18	31.877	30.945	48.542	35.739						
Provisões para fundos de pensão	23			301	252						
Provisões	20	176.907	283.613	287.514	388.782						
Demais obrigações	21	262.932	177.778	1.697.520	1.206.249						
		15.102.361	6.148.118	22.906.119	12.528.613						
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	17	3.517.081	11.415.590	8.248.073	12.903.151						
Outros tributos	12	338.714	327.377	898.119	798.084						
Autorizações e concessões a pagar	19			4.073	8.807						
Programa de refinanciamento fiscal	18	217.825	239.273	265.630	279.695						
Provisões para fundos de pensão	23			33	36						
Provisões	20	1.628.104	1.430.298	2.176.483	1.805.641						
Demais obrigações	21	1.207.359	1.278.073	1.291.528	1.394.971						
		6.909.083	14.890.511	12.863.599	19.388.185						
Patrimônio líquido											
Capital social	22	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092						
Reservas de capital		1.667.378	1.667.378	1.667.378	1.667.378						
Reservas de lucro		1.270.767	3.826.060	1.270.767	3.826.060						
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações		(80.980)	(80.980)	(80.980)	(80.980)						
Outros resultados abrangentes		6.854	(41.736)	6.854	(41.736)						
Participação dos não controladores	22	14.515.111	16.821.814	14.515.111	16.821.814						
Total do patrimônio líquido		14.515.111	16.821.814	14.629.803	16.821.814						
Total do passivo e patrimônio líquido		38.526.535	37.661.543	49.518.861	46.336.612						

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015									
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		Controladora		Controlado		Controlado		Controlado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
15	11.872.351	11.872.351	20.254.338	19.599.100	19.599.100	14.515.111	14.515.111	14.515.111	14.515.111
16	443.171	509.009	3.292.804	3.057.228	3.057.228	16.821.814	16.821.814	16.821.814	16.821.814
Total do ativo		28.648.991	23.917.171	35.448.160	33.256.328	31.336.925	31.336.925	31.336.925	31.336.925
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015									
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		Controladora		Controlado		Controlado		Controlado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1	1.543.498	309.357	1.543.498	309.357	1.543.498	1.543.498	309.357	1.543.498	309.357
2	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.777.582
3	989.690	1.119.369	989.690	1.119.369	989.690	989.690	1.119.369	989.690	1.119.369
4	918.790	1.061.680	918.790	1.061.680	918.790	918.790	1.061.680	918.790	1.061.680
5	750.338	971.294	750.338	971.294	750.338	750.338	971.294	750.338	971.294
6	934.328	1.497.175	934.328	1.497.175	934.328	934.328	1.497.175	934.328	1.497.175
7	529.690	623.609	529.690	623.609	529.690	529.690	623.609	529.690	623.609
8	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.371.684
9	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.747.675
10	894.806	1.572.584	894.806	1.572.584	894.806	894.806	1.572.584	894.806	1.572.584
11	46.545	120.648	46.545	120.648	46.545	46.545	120.648	46.545	120.648
12	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.986.172
13	1.480.497	2.384.778	1.480.497	2.384.778	1.480.497	1.480.497	2.384.778	1.480.497	2.384.778
14	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.196.272
15	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.196.272
16	22(1)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015									
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		Controladora		Controlado		Controlado		Controlado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1	2.355.293	(2.196.272)	2.355.293	(2.196.272)	2.355.293	(2.196.272)	2.355.293	(2.196.272)	2.355.293
2	86.872	(87.357)	86.872	(87.357)	86.872	(87.357)	86.872	(87.357)	86.872
3	(309)	1.555	(309)	1.555	(309)	1.555	(309)	1.555	(309)
4	(8.541)	11.267	(8.541)	11.267	(8.541)	11.267	(8.541)	11.267	(8.541)
5	(2.277.271)	(2.270.817)	(2.277.271)	(2.270.817)	(2.277.271)	(2.270.817)	(2.277.271)	(2.270.817)	(2.277.271)
6	(29.537)	29.705	(29.537)	29.705	(29.537)	29.705	(29.537)	29.705	(29.537)
7	105	(528)	105	(528)	105	(528)	105	(528)	105
8	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)
9	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)	(2.241.641)	(2.308.703)
10	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)	(59.445)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA									
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015									
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
		Controladora		Controlado		Controlado		Controlado	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1	1.543.498	309.357	1.543.498	309.357	1.543.498	1.543.498	309.357	1.543.498	309.357
2	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.649.181	1.777.582	1.649.181	1.777.582
3	989.690	1.119.369	989.690	1.119.369	989.690	989.690	1.119.369	989.690	1.119.369
4	918.790	1.061.680	918.790	1.061.680	918.790	918.790	1.061.680	918.790	1.061.680
5	750.338	971.294	750.338	971.294	750.338	750.338	971.294	750.338	971.294
6	934.328	1.497.175	934.328	1.497.175	934.328	934.328	1.497.175	934.328	1.497.175
7	529.690	623.609	529.690	623.609	529.690	529.690	623.609	529.690	623.609
8	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.095.002	2.371.684	2.095.002	2.371.684
9	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.563.312	1.747.675	1.563.312	1.747.675
10	894.806	1.572.584	894.806	1.572.584	894.806	894.806	1.572.584	894.806	1.572.584
11	46.545	120.648	46.545	120.648	46.545	46.545	120.648	46.545	120.648
12	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.411.942	1.986.172	1.411.942	1.986.172
13	1.480.497	2.384.778	1.480.497	2.384.778	1.480.497	1.480.497	2.384.778	1.480.497	2.384.778
14	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.385.293	2.196.272	2.385.293	2.196.272
15	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.353.293	2.196.272	2.353.293	2.196.272
16	22(1)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)	(6.84)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores									
	Reservas de capital					Reservas de lucro				
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações o subvenções para investimento	Especial Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes
Em 1 de janeiro de 2015	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	5.558.132	(90.980)	3.833	19.063.455
Perda de contabilidade de "hedger"										(57.682)
Ganho atuarial reflete										1.025
Variação de participação de investimentos										11.267
Prejuízo do exercício								(2.196.272)		(2.196.272)
Realização da reserva de investimentos							(2.196.272)	2.196.272		
Em 31 de dezembro de 2015	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(90.980)	(41.736)	16.821.814
Aumento de capital em controladas										154.137
Ganho de contabilidade de "hedger"										57.335
Perda atuarial reflete										(204)
Variação de participação de investimentos										(8.541)
Prejuízo do exercício							(2.355.293)	(2.355.293)		(2.355.293)
Realização da reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293		
Em 31 de dezembro de 2016	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567	(90.980)	6.854	14.515.111
	11.661.092		1.667.378				1.270.767	(90.980)	6.854	14.515.111

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Controladora").

A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Orlas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTCB - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") e autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinzenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circulo Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circulo Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017.

A autorização para a conclusão da preparação dessas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de março de 2017.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajustou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 4"), Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 5"), Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial ("PTIF") e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Holanda") (em conjunto com a Companhia, as "Empresas Oi") pedido de recuperação judicial perante a Corte de Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelos órgãos societários competentes das Empresas Oi.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, as Empresas Oi viviam empreendendo esforços e realizando esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. As Empresas Oi, considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes penhoras ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos prazos e condições assumidas com a ANATEL, (ii) manter a continuidade de seu negócio e suas operações, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e (iii) limitar o impacto do processo de recuperação judicial sobre os valores

Atentamente o Administrador Judicial está revisando a Primeira Lista de Credores e, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o Administrador Judicial apresentar esta segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias úteis após o fim do prazo para apresentação das Habilitações de Crédito e Divergências ("Segunda Lista de Credores"). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores (a "Impugnação"), e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a "Objeção").

O Plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo Juiz de Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo Juiz.

No contexto da operação de recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados em 31 de dezembro de 2016 aumentaram face aos saldos de 30 de junho de 2016, em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e consequente suspensão de pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram: caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Processos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF

Em 9 de agosto de 2016 e 30 de setembro de 2016, devido ao risco de que o processo de recuperação judicial promovido no Brasil não seja diretamente reconhecido na Holanda, exemplificativamente com base em algum tratado ou regulamento, a Oi Holanda e a PTIF ajustaram, cada uma, um pedido para viabilizar a suspensão de pagamentos ("verzoek tot aanvaarding surseance van betaling") junto ao Tribunal do Distrito de Amsterdã e, simultaneamente, apresentaram minuta do plano de composição àquele Tribunal ("akkoord").

Os pedidos de suspensão de pagamentos da Oi Holanda e da PTIF foram temporariamente concedidos pelo Tribunal do Distrito de Amsterdã em 9 de agosto de 2016 e 3 de outubro de 2016, respectivamente. Na decisão que deferiu o pedido de suspensão de pagamentos, foram nomeados administradores judiciais (em conjunto, os "Administradores Holandeses") na Holanda para a Oi Holanda e para a PTIF.

Em 1 de dezembro de 2016, os Administradores Holandeses apresentaram pedidos de conversão dos processos de suspensão de pagamentos da PTIF e da Oi Holanda em falência (em conjunto, os "Pedidos de Conversão"). Em 12 de janeiro de 2017 foram realizadas audiências para deliberar sobre os Pedidos de Conversão, oportunidade na qual o Tribunal Holandês informou que não proferiu decisão a respeito no dia 26 de janeiro de 2017. No entanto, em 26 de janeiro o julgamento dos Pedidos de Conversão foi adiado para 2 de fevereiro de 2017, data em que o Tribunal Holandês rejeitou os Pedidos de Conversão, mantendo assim os processos de "Suspension of Payments" da Oi Holanda e da PTIF.

Em 10 de fevereiro de 2017, determinados credores apresentaram recursos contra as decisões que rejeitaram os Pedidos de Conversão da Oi Holanda e da PTIF ("Recursos"). Em 20 de fevereiro a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 25 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos.

Propostas de pagamento do Plano de Recuperação Judicial, de acordo com o plano de recuperação judicial apresentado pelas Empresas Oi em 5 de setembro de 2016

Classe 1 - Credores Trabalhistas

Os créditos trabalhistas serão pagos em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 180 (cento e oitenta) dias contados de data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Os credores trabalhistas já reconhecidos na data prevista para realização do primeiro pagamento aos credores trabalhistas e que tinham dívidas judiciais reconhecidas pelas Empresas Oi em seu teor certo, pagos mediante o levantamento dos valores

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

requisitos necessários para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajustamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuarão sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York ("Corte de Falências dos Estados Unidos") deferiu o pedido de tutela provisória requerida pela Oi, Telemar, Oi Móvel e Oi Móvel (as quatro, em conjunto, designadas como "Devedoras") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos. A decisão da tutela impede os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindirem os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Em 21 de junho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falências dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão oral reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro em relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados no território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo infringir nos contratos operacionais das telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte da Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordem reconhecendo, com relação a Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL - "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transnacional, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transnacional de 2006 (S.I. 2006/Nº 1030) ("Ordem de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início do prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades das Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 28 de junho de 2016, o Juízo de 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi, determinando, entre outras medidas, especificamente:

- a) a intimação de ANATEL para apresentar, no prazo de 5 dias, até 5 nomes de pessoas jurídicas com idoneidade e expertise sobre a matéria, para serem avaliadas para nomeação como administrador judicial;
- b) a ratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no sentido de dispensar as Empresas Oi da apresentação de condições negativas para que ocorram suas atividades;
- c) a ratificação da decisão que concedeu medida de urgência, no tocante à suspensão de todas as ações e execuções por 180 dias úteis;
- d) a suspensão da eficácia de cláusulas inseridas em contratos firmados pelas Empresas Oi que atresem a extinção de tais contratos em razão do pedido de recuperação judicial;
- e) a permissão para que as Empresas Oi participem de processos licitatórios de todas as espécies;
- f) que as Empresas Oi acrescentem após seu nome empresarial a expressão "em recuperação judicial", de acordo com o previsto na Lei nº 11.101/2005;
- g) a suspensão apenas da publicidade dos protestos e inscrições nos órgãos de proteção ao crédito, em face das Empresas Oi, pelo prazo de 180 dias úteis;
- h) a apresentação por parte das Empresas Oi das contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;
- i) que sejam oficiadas todas as Presidências e Corregedorias Gerais de Justiça dos Tribunais Superiores, Estaduais e Federais, e Corregedorias dos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho, informando a suspensão das ações nos termos aplicados na decisão e solicitando a expedição de aviso às respectivas secretarias judiciais subordinadas, no sentido de que: I) a habilitação dos créditos sujeitos à recuperação judicial deverá ser formalizada nos termos da Lei nº 11.101/2005, e não se processará de ofício, mas sim, mediante requerimento formal do próprio credor, instruído da devida certidão de crédito, e II) as ações judiciais em curso, sejam os requerimentos autônomos ou não, e que demandem quantia líquida, na forma prevista no art. 6º, § 1º da Lei nº 11.101/2005, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução, e os provimentos judiciais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia líquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens de natureza empresarial também deverão ser suspensos, cabendo ao Juízo da recuperação judicial a análise do caso concreto;
- j) que os credores poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação de assembleia geral para a constituição do comitê de credores ou substituição de seus membros, observado o disposto na Lei nº 11.101/2005.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interpôs agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo de 7ª Vara Empresarial reconheceu sua decisão, determinando que o Plano de Recuperação Judicial fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 22 de junho de 2016, o Juízo de 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. e o Escritório de Advocacia Arnaldo Weid para exercerem a função de administrador judicial ("Administrador Judicial") das Empresas Oi.

Diante da redefinição do Juízo de 7ª Vara Empresarial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o Plano de Recuperação Judicial, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi ("Primeira Lista de Credores"). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores soma, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação do crédito ("Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência ("Divergência"), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 2 de março de 2017 o Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Os credores trabalhistas já reconhecidos na data prevista para realização do primeiro pagamento aos credores trabalhistas e que tiveram depósitos judiciais efetuados pelas Empresas Oi em seu favor serão pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, desde que observadas as condições previstas para tanto no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi.

O crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade de previdência privada vinculada às Empresas Oi, será pago em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 5 (cinco) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Sobre o valor principal do crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social incidente, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelo índice do INPC mais 5,5% ao ano. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

Classe II - Créditos com Garantia Real:

Os créditos com garantia real serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Sobre o valor principal dos créditos com garantia real incidente, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelas taxas originalmente contratadas. Os juros e a correção serão capitalizados ao valor do principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e serão pagos semestralmente, em moeda corrente nacional, após 90 (noventa) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o pagamento total do principal. Até o pagamento integral do crédito de titularidade do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, serão observadas as Disposições Aplicáveis aos contratos BNDES, na medida em que não sejam conflitantes com o Plano de Recuperação Judicial.

Classe III - Créditos Quilombolas, com Privilégio Especial, com Privilégio Geral ou Subordinados:

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia (20) após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão aderir ao pagamento em uma única parcela, desde que concordem em receber apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Além do pagamento linear, o Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os credores Classe III, observadas as condições aplicáveis a cada uma das opções.

Reestruturação sem conversão de ações:

A opção tem uma parte de até R\$ 3.338.470.321,65 (três bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e setenta mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos) representada em reais, e uma parte de até US\$ 1.872.540.394,72 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro dólares e setenta e dois centavos de dólares dos Estados Unidos) representada em dólares ou euros, observadas as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial. O pagamento da amortização do principal se dará em 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
21ª e 24ª	3,75%
25ª e 28ª	5,0%
29ª e 30ª	7,5%
31ª e 34ª	12,5%

Sobre o valor principal incidente, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros correspondentes à maior taxa entre: (i) 8% ao ano, para dívidas em reais, e 1,25% para os créditos denominados originalmente em dólares dos Estados Unidos ou em euros. Os juros serão capitalizados ao principal durante os 7 (sete) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos semestralmente.

Reestruturação com conversão:

A opção está disponível para os credores com crédito superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e observará o limite de R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), bem como as demais condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Os credores que escolherem esse opção de pagamento terão seus créditos utilizados para integralização de valores mobiliários, sendo pelo menos um desses valores mobiliários convertíveis ou permutáveis ou que deem direito à subscrição de ações ordinárias da Oi ou de sociedades que venha a substituí-la de acordo com as determinações do Plano de Recuperação Judicial.

Os valores mobiliários convertíveis (ou que deem direito à subscrição de ações) terão valor de face denominado em dólares dos Estados Unidos, euros ou reais ou serão denominados em reais e remunerados de acordo com a taxa cambial aplicável para dólares dos Estados Unidos ou euros, com valor total correspondente ao produto da multiplicação do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez bilhões de reais) pelo resultado da divisão do valor dos créditos que escolherem a reestruturação com conversão por R\$ 32.330.000.000,00 (trinta e dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Durante 3 (três) anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do plano na jurisdição do credor, ao final de cada semestre, as Empresas Oi poderão resgatar, total ou parcialmente, os valores mobiliários pelo valor correspondente ao saldo do principal dos valores mobiliários convertíveis, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Novos Recursos:

Os credores que concordarem novos créditos às Empresas Oi, até o limite de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em reais convertido na data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, terão as condições de pagamento dos novos créditos aplicadas igualmente aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial, proporcionalmente de acordo com a moeda em que concedidos os novos recursos, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Os créditos serão pagos em cinco parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 8 (oito) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

A partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, incidirão juros e correção monetária correspondentes à taxa CDI + 0,25% para os novos recursos emprestados em reais, e LIBOR + 1,5% para os novos recursos emprestados em dólares dos Estados Unidos.

Mobilidade de Pagamento Geral:

O credor que escolher esta opção, ou que tiver seu saldo alocado em razão das condições e limites das demais opções, terá seu crédito pago em 9 (nove) parcelas anuais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 10 (dez) anos contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme tabela progressiva abaixo e observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Anos	Percentual do valor a ser amortizado
11ª e 12ª	7,5%
13ª e 14ª	10,0%
15ª e 16ª	13,0%

Sobre o valor principal do crédito incidente, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou do reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na jurisdição do credor, haverá correção monetária correspondente a 0,2% (dois por cento) anuais para

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
 Nire: 33300152580
 Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
 Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

créditos denominados em reais, a 0,5% ao ano para créditos denominados em Dólares dos Estados Unidos ou Euro. Os juros e a correção serão capitalizados no principal e pagos com a última parcela de amortização do principal.

Créditos Parciais Descontados Judiciais:
Os credores classe II que têm depósito judicial efetuado pelo Grupo Oi em seu favor no âmbito do processo de recuperação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi poderão arcar seus créditos, pagos mediante o levantamento dos valores depositados, até o limite do valor reconhecido como devido pelo Grupo Oi, observadas as percentuais de desconto da tabela abaixo e as demais condições do Plano de Recuperação Judicial:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Desconto
Até R\$ 1.000,00	0,0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15,0%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20,0%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30,0%
Acima de R\$ 150.000,00	50,0%

Créditos Financiados Parciais:

Os credores que são tomadores de bens ou serviços das Empresas Oi e que atendam às condições previstas no Plano de Recuperação Judicial terão o crédito no valor de até R\$ 150.000,00 pago em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nos mesmos condições originalmente contratadas.

O prazo devido que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR taxa 0,5% (meio por cento) ao ano a contar da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou reconhecimento do Plano de Recuperação Judicial na Justiça do credor, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Multas Administrativas:
As condições de quitação do crédito serão estabelecidas através de transações, previamente autorizadas pela diretoria das Empresas Oi e com o intermédio do Conselho de Administração, resultantes de negociação a ser instituída perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a supervisão do Juízo da recuperação judicial e a participação de representantes da Administração Pública, com a possibilidade de participação operativa de representantes do Tribunal de Contas competente, nos termos das Leis nº 9.488/1997 e 13.140/2015, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Podem estabelecer condições de quitação (i) após das Empresas Oi para melhoria do serviço, especialmente em alguma relação à suposta conduta descumprida; e (ii) conversão da multa em obrigação de fazer, seja com investimentos em infraestrutura das Empresas Oi, benefícios aos consumidores dos serviços prestados ou levantamento de valores já depositados judicialmente para os processos relativos a cas multas administrativas.

Classe IV - Créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

Os créditos no valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) serão pagos em uma única parcela, no 20º dia útil após a homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os credores com crédito superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) poderão adibir o pagamento em uma única parcela, desde que concomitantemente recebam apenas R\$ 1.000,00 (mil reais) como pagamento integral do seu crédito.

O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento aos credores ME e EPP, observadas as condições e regras de cada opção.

Créditos ME e EPP Depositados Judiciais:

Os credores ME e EPP que têm depósito judicial efetuado pelas Empresas Oi em seu favor no âmbito da respectiva ação judicial e que sejam reconhecidos pelas Empresas Oi terão seus créditos pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, observadas as demais condições do Plano de Recuperação Judicial.

Créditos ME e EPP Encobertos Parciais:

Os créditos no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão pagos em parcela única, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento pelas Empresas Oi de um termo de opção informando sua intenção de continuar fornecendo para as Empresas Oi nas mesmas condições originalmente contratadas.

O prazo devido que exceder R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) será pago em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de 0,5% + TR a conta da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Mediação

Em 19 de dezembro 2016, foi deferida a instauração de procedimentos de mediação, essenciais a todo e qualquer credor que queira receber um adiantamento de 90% de seu crédito, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme determinações dos juízes estabelecidas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Em 24 de novembro de 2016, as Empresas Oi participaram de uma audiência de mediação com a ANATEL, com vistas a uma solução consensual para equacionamento das dívidas sujeitas à recuperação judicial. Os mediadores já foram nomeados, e espera-se que o processo de mediação inicie em breve.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015, devido continuidade ao processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas direta ou indireta da Companhia, iniciado em 2012, foram realizadas Assembléias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BT Serviços de Internet S.A. ("BTI") e da Telemar Internet Ltda. ("Telemar Internet") pela Oi Internet S.A. ("OI Internet"), com a extinção das duas sociedades incorporadas.

A unificação das operações da BTI e da Telemar Internet na OI Internet, mediante a consolidação das atividades desmembradas por estas sociedades, terá consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
		2016	2015	2015	2015

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Essas contas a receber também incluem as pequenas prestações a clientes não liquidados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de quantidade colante, "tintment" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerável suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dessas vendas. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência, métodos e o valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Empresas	Atividade	2015	2016	2017	2018	2019
Q Model S.A.	Telefonia móvel - Pagão II	100%	100%	100%	100%	100%
Pago Empreendimentos S.A. ("Pago")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100%	100%	100%	100%	100%
Pago Acquir Gestão de Pagos de Serviços Ltda. ("Pago Acquir")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100%	100%	100%	100%	100%
Pago Administração de Crédito Ltda. ("Pago Administração")	Sistemas de pagamentos e de crédito	100%	100%	100%	100%	100%
Corast 4 Participações S.A. ("Corast")	Investimentos em propriedades	100%	100%	100%	100%	100%
Dommy Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommy")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	0,01%
SEBEE - Serviços de Rede S.A. ("Sebee")	Serviços de Rede	81,45%		99,99%		
Rede Conexa - Serviços de Rede S.A. ("Conexa")	Serviços de Rede					
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("Brasil Telecom")	Serviços de dados	100%	100%	100%	100%	100%
BT Call Serviços Fluorentes Ltda. ("BT Call")	Serviços fluorentes	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	0,01%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center")	Serviços de call center	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	0,01%
BT Serviços de Internet S.A. ("BT IT")	Serviços de internet	100%	100%	100%	100%	100%
OT Internet S.A. ("OT Internet")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	0,01%
OT Paraguri Comunicações SRL ("OT Paraguri")	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
Polaris Networks S.A. ("Polaris")	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
VEV Ukraine LLC	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
VEV USA Inc	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
VEV WIT Canada Ltd	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
Polaris Networks S.A. - SUC Argentina	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
Polaris Peru S.A.C	Tráfego de dados	100%	100%	100%	100%	100%
Brophy SP Participações S.A. (B)	Investimentos em propriedades	100%	100%	100%	100%	100%
Investimentos em propriedades						
(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015, conforme Nota 1.						
(ii) A OCI Model detém as ações que detém da Bryppha S.A. para a OCI.						
As participações em empresas em conjunto e participações em conjuntas são avaliadas por equidade patrimonial e estatísticas demonstrativas a seguir:						
Compartilha AX das Participações ("AX")	Atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Pago Serviços e Pagos de Pagamento S.A. ("Pago Serviços")	Tráfego de dados	2015	2016	2015	2016	
		50%		50%		
Operadora das Statfries	Financiaria	19,04%		50%		
Operadora das Statfries	Financiaria	19,04%		50%		
Operadora das Statfries S.A. ("Chilgama")	Financiaria	19,04%		50%		

(ii) a U.M. move a empresa as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a OI.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligações são avaliadas por equivalência patrimonial e serão demonstradas a seguir:

Condições das operações	28,90%	29,50%
<p>As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e na observância das seguintes regras contábeis, com base no relatório da Administração sobre a possibilidade (i) de prolongamento do plano de recuperação judicial e (ii) de prolongamento de um acordo com a maioria dos credores da Empresa O processo de recuperação judicial</p> <p>A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das empresas O Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores da Empresa O Conselho de Administração, em uma sessão extraordinária, decidiu que a Companhia não deve solicitar a declaração de que as Empresas O não estão em recuperação judicial, a continuidade das operações das Empresas O depende, em última análise, do sucesso do processo de recuperação judicial</p> <p>Embora não estejam incluídas nessa avaliação, ressalta-se que essas condições e circunstâncias incluem a existência de incertezas quanto a capacidade da Companhia de obter financiamento adicional e a possibilidade de que essas condições e circunstâncias possam afetar a capacidade das Empresas O de continuar suas operações.</p>		

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais características em comum são: as aplicações de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nos pontos contábeis, o tratamento contábil das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e a aplicação consistente pela Companhia e pelas Controladas.

a) Base de elaboração
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros.

b) Assumptions
A preparação das Demonstrações Financeiras pelo seu valor justo, conforme descrito nas políticas contábeis no item (d) a seguir.

c) Avaliação da Administração
A Administração requir o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício do julgamento na preparação das Demonstrações Financeiras para fins de conformidade com as normas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos.

d) Opinião da Administração
O Conselho de Administração da Companhia não possuiu maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativamente diferentes do item (c).

As demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram auditadas pelas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação às aplicações em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os

Condições de Valores Modificadas, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Administração da Companhia confirma que todas as informações referentes próprias das Demonstrações Financeiras e o balanço, estão sendo encaminhadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

[illegible][illegible]

O modismo está demonstrado pelo caso de aquecimento ou constrangimento, devido à desproporção acurata. Os castos históricos incluem gestos que são frequentemente atribuídos à aquisição dos dados. Incluem várias determinações feitas com frequência, quando é possível que vários benefícios socioeconômicos associados a esses gestos iludam para a compreensão de os custos com demonstração, construção e estabelecimento de atores. Os custos da aprendizagem e do constrangimento quando diferentes atributos à aquisição, construção ou produção de um ato qualificados são capitalizados no caso inicial desses atores. Os atores qualificados são aqueles que possuem conhecimentos e habilidades para tempo substancial para fazerem pontos para sua.

[illegible]

Intangíveis são bens com vida útil definida, adquiridos sob regime de custo, depreciação, amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida imediatamente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é considerado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos sob regime de custo, depreciação das perdas por redução de valor recuperável acumuladas.

A aquisição de software industriais são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que

Os alunos que estão sujeitos a atitudes de preconceito são metidos para a realização de "projeto" sempre que emergem ou mudanças no currículo. Assim, os alunos que não são reconhecidos como sujeitos de direitos são metidos para a realização de "projeto" sempre que emergem ou mudanças no currículo. Assim, os alunos que não são reconhecidos como sujeitos de direitos são metidos para a realização de "projeto" sempre que emergem ou mudanças no currículo.

[illegible][illegible]

Os dados de investimento apresentados foram obtidos a partir de informações contidas nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados das companhias abertas, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os dados foram coletados para o período compreendido entre 2006 e 2010, com o intuito de analisar o comportamento das empresas em termos de investimentos em ativos financeiros e em ativos não financeiros, bem como a evolução dos investimentos em ativos financeiros e em ativos não financeiros, bem como a evolução dos investimentos em ativos financeiros e em ativos não financeiros.

relativo ao saldo do passivo é considerado evidência objetiva de redução do risco, independente das disposições e procedimentos contábeis e financeiros.

Em casos de transação incorrida sob o risco de enriquecimento do devedor, a ausência de juro incorrido até a data de levantamento do passivo, ou a ausência de transação incorrida sob o risco de enriquecimento do devedor, não representa, no decurso do período de vigência dos contratos, qualquer transação ou instrumento de passivo.

Os instrumentos de dívida ou os patrimônios emitidos pela Companhia e suas contrapartidas são classificados como passivos financeiros ou como instrumentos de patrimônio, respectivo a subletras controlada de transação.

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Bens e direitos dos custos dos processos

O aumento da duração em qualquer caso de pagamento de tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios e despesas

Plano de previdência privada (os planos de previdência privada e outros benefícios da aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por suas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais, quando aplicável, com vistas à cobertura de benefícios definidos de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas (concomitantemente com planos de benefícios definidos e contribuições definidas).

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidades projetado. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as séries de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor de mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios forem substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas dos serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na medida em que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que compõem a avaliação futura são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil dessas ativos e passivos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da retenção média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 16 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 48 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de risco de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na Hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possui ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procedem a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou da efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderiam ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são resumidos como segue:

		Controladora		Consolidada	
		2016	2016	2016	2016
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	738.474	738.474	2.894.032	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.546.604	3.546.604	7.233.850	7.233.850
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.216.826	5.216.826
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044	64.044
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.963.268	2.963.268	5.468.899	5.468.899
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317	19.886.317
Debitárias	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.087	849.087	849.087	849.087
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	55.804	55.804	91.494	91.494
Programa de refinanciamento fiscal (i)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172	314.172
		Controladora		Consolidada	
		2015	2015	2015	2015
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	105.196	105.196	303.754	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	67.779	67.779	242.054	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.921.861	3.921.861	6.992.060	6.992.060
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.542.990	1.542.990	1.542.990	1.542.990

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

reconhecimento aprovado. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de prazos pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede são baseados em julgamentos relacionados à natureza da tarefa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear ao decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e o valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços a produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes e premissas estatísticas, e reflete provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os princípios da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionados aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam alterar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas da forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48 - "Financial Instruments" (Instrumentos financeiros) - substitui as orientações existentes na IAS 39 / CPC 38 - "Financial Instruments: Recognition and Measurement" (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 / CPC 48 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização do "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 / CPC 48 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 / CPC 47 - "Revenue from Contracts with Customers" (Receita de Contratos com Clientes) - exige que a entidade reconheça o montante da receita referente a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. As entidades podem optar por adotar a norma retroativamente ou utilizar uma abordagem de transição modificada, que corresponde a adotar a norma retroativamente apenas em contratos que não correspondam a contratos concluídos na data da adoção inicial. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 15 / CPC 47 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 - "Leases" (Arrendamentos) - Substitui a IAS 17 e suas interpretações e define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A nova regra elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis

Ativo				
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	67.779	67.779	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.821.861	3.821.861	6.982.060
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500
Passivo				
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.860.118	1.860.118	4.995.973
Empréstimos e financiamentos				
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781
Debitantes	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	98.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			918.537
Programa de refinanciamento fiscal (i)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.434

(i) Corresponde a 10% de participação acionária na Pharo SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - "Pharo"). A Administração considera que (i) a participação da Telemar de 10% do capital social da Pharo e (ii) os dois representantes da Telemar nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da Pharo não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Pharo. Desta forma, a Telemar registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 33 / IAS 32, como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharo no montante de R\$ 38.458 (2015 - R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 26.041 (2015 - R\$ 96.756).

Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 39 e CPC 33/IAS 32, a Companhia reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. O reequilíbrio dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são detalhados abaixo:

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	Valor justo 2016	Valor justo 2015	Valor justo 2016	Valor justo 2015
Ativos				
Caixa e contas bancárias	Nível 1	77.024	185.166	122.137
Equivalentes de caixa	Nível 2	739.474	1.207.338	2.894.032
Aplicações financeiras	Nível 2	577	67.779	260.725
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		1.547.290	
Ativos mantidos para venda	Nível 3	64.044	103.500	64.044
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		98.505	98.505

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação da dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. O saldo remanescente diz respeito a um contrato com instituição financeira que passou a compor a lista de credores e será renegociado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, não sofrendo alterações no futuro a partir da evolução cambial e de juros.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares").

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetuou uma análise das condições de contraparte atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento do decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função de expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016, de modo que na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mais possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gainho (perda) com "swap" cambial	(822.039)	1.076.420	(822.039)	1.076.420
Operações de termo em moedas	(152.265)	27.460	(152.265)	27.460
Gainho (perda) com "swap" taxa de juros	429	(3.152)	429	(3.152)
Total	(973.875)	1.100.728	(973.875)	1.100.728

As movimentações das operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge", registradas em outros resultados abrangentes, são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial			(7.353)	(7.353)
Resultado dos "hedges" designados			74.909	74.909
Transferência da porção ineffectiva ao resultado			7.371	7.371
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva			4.582	4.582
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"			(28.537)	(28.537)
Saldo final			74.909	74.909

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

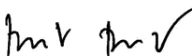
Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento do risco é realizado pela diretoria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo OI.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre, até ser liquidado em sua totalidade no terceiro trimestre de 2016.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratuais ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,2% (2015 - 48,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos.

Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	4.932.287	4.932.287	11.699.390	11.699.390
Instrumentos financeiros derivativos			2.571	2.571

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	10.525.739	10.525.739	13.192.748	13.192.748
Instrumentos financeiros derivativos			2.571	2.571

Análise de sensibilidade do risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que, face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte de lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito da referida instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2015. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa		Desvalorização
	2016	2015	
Cenário Provável			
Dólar	3,2591		0%
Euro	3,4384		0%
Cenário Possível			
Dólar	4,0738		25%
Euro	4,2980		25%
Cenário Remoto			
Dólar	4,8867		50%
Euro	5,1576		50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Risco	Controladora		Consolidado	
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável
Dívidas em Dólar	Ativo do Dólar	4.578.820	5.723.524	6.868.229	4.578.820
Caixa em Dólar	Passivo do Dólar	(1.215)	(1.518)	(1.823)	(2.408)
Dívidas em Euro	Ativo do Euro				(3.012)

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratuais nas datas previstas ou necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as provisões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Foço ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociadas com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.751.473	13.615.892	33.270.925	31.621.219
Deduções da receita bruta	(4.463.389)	(3.187.762)	(12.509.913)	(9.914.752)
Tributos	(2.864.301)	(3.182.927)	(8.115.655)	(6.350.459)
Outras deduções	(1.599.088)	(24.835)	(5.389.258)	(3.564.293)
Receitas de vendas e/ou serviços	6.288.084	10.428.190	20.767.012	21.706.467

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	(2.183.961)	(2.445.828)	(5.425.032)	(5.356.865)
Depreciação e amortização	(2.247.106)	(2.100.611)	(4.105.515)	(3.838.387)
Aluguéis e seguros	(1.732.951)	(1.471.902)	(3.895.661)	(3.460.267)
Pessoal	(767.573)	(730.159)	(2.481.759)	(1.984.245)
Serviço de manutenção de rede	(1.635.338)	(1.420.758)	(1.071.219)	(1.289.082)
Interconexão	(1.252.775)	(2.061.387)	(1.004.854)	(1.575.476)
FISTEL	(18.810)	(22.736)	(553.877)	(670.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154.743)	(183.490)	(443.391)	(461.274)
Publicidade e propaganda	(192.893)	(46.988)	(341.401)	(389.737)
Custos de aparelhos e outros			(252.184)	(355.848)
Materiais	(94.660)	(96.772)	(157.639)	(201.669)
Taxa de promulgação do contrato de concessão				
- ANATEL	(55.804)	(52.300)	(60.746)	(58.507)
Outros custos e despesas	(23.116)	(29.873)	(61.358)	(56.742)
Total	(10.399.530)	(10.652.602)	(19.954.896)	(19.778.232)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)	(7.755.654)	(13.774.752)	(13.347.148)
Despesas com vendas	(1.849.181)	(1.777.582)	(3.747.789)	(3.858.710)
Despesas gerais e administrativas	(999.698)	(1.119.356)	(2.432.095)	(2.472.374)
Total	(10.399.530)	(10.652.602)	(19.954.896)	(19.778.232)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas operacionais				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	520.458	330.894	553.005	340.170
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	156.425	567.748	270.183	725.379
Receita na alienação de bens	130.938	13.405	133.969	33.512
Multas	70.883	76.304	112.656	119.331
Serviços técnicos e administrativos	26.059	64.427	33.907	40.730
Dividendos prescritos	1.479	921	1.479	921
Outras receitas	12.550	8.183	182.535	37.886
Total	918.790	1.081.690	1.267.730	1.297.909
Outras despesas operacionais				
Tributos	(238.345)	(282.832)	(732.511)	(683.385)
Provisões/reversões	(273.655)	(231.511)	(494.183)	(419.195)
Participação de empregados e administradores	(24.015)	(84.785)	(82.036)	(156.144)
Baixa de imobilizado	(26.128)	(36.804)	(45.080)	(41.103)
Multas	(13.902)	(28.830)	(42.572)	(46.888)
Descontos concedidos	(3.523)	(29.426)	(4.953)	(28.229)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos			(101)	(90)
Outras despesas	(170.788)	(278.306)	(343.044)	(552.840)
Total	(790.336)	(871.294)	(1.744.480)	(1.828.983)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos privados			166.218	105.386
Títulos públicos	577	6.283	95.507	75.181
Outros		61.486	61.487	
Aplicações financeiras	577	67.779	260.725	242.054
Circulante	577	67.779	95.507	136.668
Não circulante			165.218	105.386

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços faturados	3.259.834	3.673.925	5.857.175	5.490.083
Serviços a faturar	303.180	290.565	734.101	906.628
Apelidos e acessórios vendidos			838.304	927.345
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.990)	(42.729)	(195.730)	(231.976)
Total	3.546.804	3.921.861	7.233.850	6.992.080

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	2.687.468	3.173.382	5.895.207	5.964.539
Vencidas até 60 dias	495.451	431.038	774.424	672.210
Vencidas de 61 a 90 dias	82.120	88.878	139.431	112.217
Vencidas de 91 a 120 dias	65.334	56.232	109.482	94.501
Vencidas de 121 a 150 dias	50.899	65.398	94.433	102.525
Vencidas acima de 150 dias	201.522	169.664	316.603	288.044
Total	3.562.794	3.964.590	7.429.580	7.214.036

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 01/01/2015			(23.514)	(182.302)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(183.480)	(461.274)
Contas a receber de clientes baixados como inadmissíveis			164.275	411.600
Saldo em 2015			(42.729)	(231.976)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(154.743)	(443.385)
Contas a receber de clientes baixados como inadmissíveis			181.482	478.631
Saldo em 2016			(15.990)	(195.730)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)			92.135	77.881
IR a recuperar (i)			235.993	200.410
IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii)	339.529	165.976	417.786	244.105
Circulante	339.529	165.976	745.914	522.396
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (ii)	2.237.478	2.594.435	2.489.273	3.434.809
Provisão para perda	(2.135.550)	(1.050.949)	(2.135.550)	(1.055.482)
Subtotal - Tributos diferidos a recuperar	101.928	1.543.486	353.723	2.379.327
Outros tributos diferidos a recuperar (iv)	18.061	4.280	54.477	21.622
Não circulante	119.989	1.547.766	418.200	2.400.949

	Passivo		Ativo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2016	2015	2016	2015

Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	13.781	8.791	278.784	165.402
Contribuição social a pagar	5.085	3.225	106.057	60.910
Circulante	18.866	12.016	384.841	226.312

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuos, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

(iv) Adios de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício a partir de informações disponíveis.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cíveis	1.818.129	1.859.159	2.343.446	2.171.849
Tributárias	1.448.126	1.336.336	2.058.479	1.878.789
Tributárias	1.000.060	940.290	1.216.885	1.012.885
Total	4.264.315	4.135.785	5.616.809	5.063.521
Circulante	202.973	324.885	287.500	370.778
Não circulante	4.161.342	3.810.900	5.329.309	4.692.743

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações avaliadas e:				
Investimento em controladas	10.680.431	9.447.193		
Negócios em conjunto	82.519	87.056	45.464	63.837
Investimento em coligadas			38.139	39.003
Custo de aquisição	3.986	3.986	13.833	13.833
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	23.885	23.885
Outros investimentos	249	249	249	249
Total	10.775.861	9.567.099	121.580	140.817

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 01/01/2015			9.321.314	194.338
Equivalência patrimonial (i)			309.367	(4.696)
Aumento de capital em controladas (ii)			574.778	
Juros sobre capital próprio			(61.327)	
Dividendos			(287.211)	
Reclassificação de provisão para patrimônio líquido negativo reconhecido em controlada			57.686	
Transferência de investimentos para provisão para patrimônio líquido negativo			(258.158)	
Redução de investimento de controlada			(121.618)	
Outros			12.291	11.175
Saldo em 2015			9.567.099	140.817
Equivalência patrimonial (i)			1.543.498	1.392
Aumento de capital em controladas (ii)			731.211	
Juros sobre capital próprio			(491.500)	
Dividendos			(565.813)	
Baixa de investimentos				(12.088)
Outros			(8.834)	(8.541)
Saldo em 2016			10.775.861	121.580

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas (Nota 1).

(ii) Referem-se, substancialmente, a aumento de capital na controlada Sarada.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido do exercício	Controladora			
		2016		Participação - %	
		Ordinária	Preferencial	Capital total	Capital votante
Cl Internet	1.216.649	724.225	821.159	100	100
Sarada	517.821	(410.352)	18.238.257	81,43	81,43
Cl Móvel	8.466.098	1.133.450	14.209.581	100	100
B7T Multimídia	481.914	54.383		446.245	99,99
B7T Call Center	4.716	(2.100)	11.270	22.370	100
B7T Card	8.128	695		7.499.899	100
Dommo	(73)	(262)	11.265	22.531	100
Hispamer	170.344	8.770	113.213	18,04	19,04
AIX	23.772	2.596	298.563	50	50

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

6185079

apuração dos créditos e CS sobre os serviços prestados a órgãos públicos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos do imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, expectativa de geração do lucro tributável futuro suficiente para compensar os créditos tributários, foram constituídos provisões para perdas no montante R\$ 3.163.936.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos no seu totalidade no montante R\$ 824.100 (2015: R\$ 454.319).

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			
	Saldo em 2015	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 2016
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisão para participação nos lucros	25.283	(17.118)		8.165
Provisões	384.940	28.114		413.054
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	455.205	13.829		478.934
Variações cambiais	189.447	79.432		278.879
Outras adições/exclusões temporárias	(239.833)	(1.092.936)		(1.332.769)
Juros de dívida		203.472		203.472
Contabilidade de "hedging"	29.537		(29.537)	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.728.677	460.066		2.188.743
Provisão para perda	(1.050.949)	(1.084.691)		(2.135.640)
Total imposto diferido ativo	1.543.407		(29.537)	1.513.870

Impostos diferidos ativos com relação a:

Diferenças temporárias

Provisões de tributos com exigibilidade suspensa

Provisão para participação nos lucros

Provisão para fundos de pensão

Provisões

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

Variações cambiais

Outras adições/exclusões temporárias

Juros de dívida

Contabilidade de "hedging"

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL

Provisão para perda

Total imposto diferido ativo

12. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo			
	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
ICMS a recuperar (i)	830.304	573.261	1.214.201	914.321
PIS/COFINS	73.028	112.822	149.420	181.310
Outros	47.627	56.066	74.770	81.854
Total	950.959	742.149	1.438.391	1.177.585
Circulante	535.776	419.953	892.217	712.383
Não circulante	415.183	322.296	546.174	465.202

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 7.288/2016 e nº 7.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

(ii) Referem-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre pagamento, receita financeira e outras receitas.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

13. DEPOSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora			
	Saldo em 2015	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 2016
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisão para participação nos lucros	25.283	(17.118)		8.165
Provisões	384.940	28.114		413.054
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	455.205	13.829		478.934
Variações cambiais	189.447	79.432		278.879
Outras adições/exclusões temporárias	(239.833)	(1.092.936)		(1.332.769)
Juros de dívida		203.472		203.472
Contabilidade de "hedging"	29.537		(29.537)	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.728.677	460.066		2.188.743
Provisão para perda	(1.050.949)	(1.084.691)		(2.135.640)
Total imposto diferido ativo	1.543.407		(29.537)	1.513.870

	Controladora			
	Saldo em 2015	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Saldo em 2016
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	100.455	15.937		116.432
Provisão para participação nos lucros	40.376	(22.273)		18.103
Provisão para fundos de pensão	(1.288)	20	105	(1.163)
Provisões	462.335	41.263		503.598
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	537.404	5.996		543.400
Variações cambiais	189.447	(311.826)		(112.379)
Outras adições/exclusões temporárias	(150.673)	(1.288.113)		(1.438.786)
Juros de dívida		203.472		203.472
Contabilidade de "hedging"	29.537		(29.537)	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.217.716	448.420		2.666.136
Provisão para perda	(1.055.492)	(1.080.068)		(2.135.560)
Total imposto diferido ativo	2.379.327	(1.886.172)	(29.432)	363.723

	Ativo			
	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
ICMS a recuperar (i)	830.304	573.261	1.214.201	914.321
PIS/COFINS	73.028	112.822	149.420	181.310
Outros	47.627	56.066	74.770	81.854
Total	950.959	742.149	1.438.391	1.177.585
Circulante	535.776	419.953	892.217	712.383
Não circulante	415.183	322.296	546.174	465.202

	Ativo			
	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
ICMS a recuperar (i)	830.304	573.261	1.214.201	914.321
PIS/COFINS	73.028	112.822	149.420	181.310
Outros	47.627	56.066	74.770	81.854
Total	950.959	742.149	1.438.391	1.177.585
Circulante	535.776	419.953	892.217	712.383
Não circulante	415.183	322.296	546.174	465.202

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
 Nire: 33300152580
 Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
 Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

15. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação e outros (1)	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos
Custo do Imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2015	1.618.063	10.247.500	12.152.207	21.119.392	2.430.044	1.389.588
Adições	1.526.785		89.538	11.989	118.884	213.029
Baixas		(2.189)	(49.330)	(483.794)	(75.219)	(2.042)
Transferências	(1.887.711)	2.786	725.087	1.034.734	(261.736)	388.839
Saldo em 2015	1.256.737	10.248.087	12.827.502	21.672.321	2.282.074	1.897.415
Adições	2.013.711	65	132.194	1.558	9.227	12.945
Baixas	(8.587)		(2.178)	(115.220)	(104)	(205)
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.538	897.513	593	52.189
Saldo em 2016	1.700.129	10.279.081	13.448.016	22.466.272	2.241.790	2.082.354
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2015		(5.605.543)	(12.358.011)	(16.922.146)	(1.680.272)	(1.198.988)
Despesas de depreciação		(140.824)	(854.092)	(892.473)	(69.326)	(92.081)
Baixas		2.189	49.329	483.227	61.045	2.042
Transferências		(45.338)	102.785	(4.340)	34.507	(8.014)
Saldo em 2015		(5.789.616)	(13.660.889)	(17.735.233)	(1.654.245)	(1.174.038)
Despesas de depreciação		(153.247)	(829.873)	(782.613)	(55.802)	(106.528)
Baixas		1.410	102.802	104	177	104.583
Transferências		(181)	80	15	248	(142)
Saldo em 2016		(6.040.144)	(14.588.967)	(17.785.928)	(1.708.695)	(1.480.932)
Imobilizado líquido						
Saldo em 2015	1.256.737	4.582.418	4.269.543	4.546.089	577.299	623.378
Saldo em 2016	1.700.129	3.838.937	4.059.054	4.680.344	532.095	581.422
Taxa anual de depreciação (média)		11%	9%	8%	8%	12%

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Controladora					
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação e outros (1)	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos
Custo do Imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2015	2.151.157	13.307.098	23.798.433	21.127.534	2.411.088	3.259.840
Incorporação de controles			135	790		18.370
Adições	2.285.744	14.274	223.561	13.905	119.770	222.412
Baixas	(2.189)	(54.380)	(484.894)	(360.444)	(2.702)	(914.609)
Transferências	(2.858.089)	79.753	1.559.809	1.119.474	(236.295)	436.348
Saldo em 2015	1.488.612	13.998.336	31.824.548	21.759.899	1.834.089	3.994.269
Incorporação de controles (Nota 26 (e))	4.840	261	300	1.045	1.438	72.190
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230	16.834	24.429
Baixas	(15.216)	(5.029)	(115.220)	(788)	(504)	(136.757)
Transferências	(2.733.826)	76.416	1.665.103	887.340	425	84.492
Saldo em 2016	1.990.432	13.875.578	33.450.179	22.542.114	1.952.098	4.114.875
Depreciação acumulada						
Saldo em 01/01/2015		(11.471.657)	(16.583.463)	(17.912.840)	(1.686.113)	(1.448.974)
Incorporação de controles			(109)	(169)		(8.854)
Despesas de depreciação		(324.884)	(1.833.435)	(767.265)	(82.521)	(175.727)
Baixas		2.189	53.403	494.201	283.876	2.130
Transferências		(45.207)	102.420	(4.890)	34.515	(86.838)
Saldo em 2015		(11.899.569)	(20.061.184)	(18.190.963)	(1.440.249)	(2.715.263)
Incorporação de controles (Nota 26 (e))		(108)	(163)	(504)	(826)	(30.074)
Despesas de depreciação		(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(84.743)	(196.029)
Baixas		4.220	102.983	534	504	108.241
Transferências		(181)	(8.822)	8.811	318	(128)
Saldo em 2016		(12.180.172)	(21.882.250)	(19.822.958)	(1.504.760)	(2.940.888)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instituições financeiras	9.848.387	11.064.559	11.055.452	12.344.194
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.598.001	2.416.314	2.598.001	2.416.314
CRI - Certificados de Recebíveis				
Imobiliários	1.095.597	947.240	1.095.597	947.240
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.155.799	7.701.005	7.361.854	8.980.640
Debêntures públicas	53.237	50.023	53.237	50.023
Mútuos e Debêntures com partes relacionadas (Nota 24)	3.964.353	2.584.840	8.952.421	3.164.547
Subtotal	13.886.987	13.799.222	20.061.110	15.538.784
Custos de transação	(118.398)	(124.020)	(121.556)	(126.980)
Total	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804
Circulante	10.230.530	2.258.612	11.681.481	2.528.653
Não circulante	3.517.061	11.415.590	8.248.073	12.903.151

O pedido de recuperação judicial (ajuízado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes. Para efeitos contábeis e de divulgação, a parcela dos empréstimos e financiamentos exigíveis nos termos contratuais no longo prazo foi reclassificada para o passivo corrente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016. Os saldos com mútuos e debêntures de controladas foram mantidos no balanço conforme maturidade contratual definida.

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instituições financeiras	119.396	124.020	121.556	126.980
Total	119.396	124.020	121.556	126.980
Circulante	119.396	31.280	121.556	32.060
Não circulante		92.740		94.900

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Reais	8.815.304	7.572.575	9.413.815	9.429.177
Euro			5.593.452	
Dólar Norte-Americano	4.932.287	6.002.627	4.932.287	6.002.627
Total	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Libor Dólar	0,90% a.a. -				
CDI	2,50% a.a.	4.482.546	5.186.488	4.482.546	5.186.488
IPCA	1,83% a.a.	6.031.730	5.011.489	5.428.345	5.491.395
TJLP	0,0% a.a. - 4,08%	1.476.832	1.501.433	2.384.026	2.432.586
IPCA	0,50% a.a.	1.126.245	970.234	1.126.245	970.234
Taxa pré-fixada	2,25% a.a. -				
INPC	10,00% a.a.	630.138	1.005.578	8.479.300	1.290.370
Total	2,43% a.a.	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804

Descrição dos principais captores de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais atividades da rede fixa e móvel são:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



controladas (Nota 26 (a))	(100)	(183)	(504)	(625)	(30.074)	(37.475)
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(943.195)	(94.743)	(186.029)	(3.250.582)
Saldo em 2016		4.220	102.983	534	504	108.241
Transferências	(181)	(8.822)	8.311	318	(126)	(1.490)
Saldo em 2016	(12.180.172)	(21.882.250)	(18.822.868)	(1.504.760)	(2.940.388)	(51.491.038)
Imobilizado líquido						
Saldo em 2015	1.488.812	1.759.367	11.463.364	3.574.706	493.846	12.199.005
Saldo em 2016	1.990.432	1.485.506	11.567.929	3.619.246	447.338	11.738.887
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.978.805 (2015 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação das obras em andamento na taxa média de 10% a.a.

16. INTANGÍVEL

Controladora						
Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados		Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
	Intangível em formação	Intangível em formação				
Custo do intangível						
Saldo em 01/01/2015	23.640	2.292.267	230.030	6.410	132.530	2.684.937
Adições	170.866	25.317			244	196.427
Transferências	(178.399)	172.950			5.449	
Saldo em 2015	16.107	2.490.534	230.030	6.410	138.223	2.881.304
Adições	59.575	16.040			290	75.905
Transferências	(72.741)	72.050			681	
Saldo em 2016	2.941	2.578.634	230.030	6.410	139.254	2.857.269
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2015		(1.694.964)	(209.313)	(5.340)	(110.292)	(2.020.909)
Despesas de amortização		(223.832)	(16.109)		(11.545)	(251.546)
Saldo em 2015		(1.918.796)	(225.482)	(5.340)	(121.837)	(2.271.555)
Despesas de amortização		(237.496)	(1.568)		(3.480)	(242.543)
Transferências		13			(13)	
Saldo em 2016		(2.156.279)	(227.050)	(5.340)	(125.430)	(2.514.098)
Intangível líquido						
Saldo em 2015	16.107	571.738	4.548	1.070	16.346	609.809
Saldo em 2016	2.941	422.356	2.980	1.070	13.824	443.171
Taxa anual de amortização (média)		20%	8%		20%	

Consolidado						
Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados		Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
	Intangível em formação	Intangível em formação				
Custo do intangível						
Saldo em 01/01/2015	470.877	46.480	5.042.621	3.453.477	7.252	10.696.599
Incorporação de controladas	92.453		1.382			93.835
Adições	378.052	51.093			50.780	479.925
Transferências	(393.246)	363.440			9.806	
Saldo em 2015	563.330	31.286	5.478.506	3.453.477	7.252	11.240.329
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	542.129		30.732			572.861
Adições	357.537	24.240	84.312		56.333	522.422
Transferências	(368.030)	332.088	25	(1.111)	37.028	
Saldo em 2016	1.105.459	20.793	5.865.566	3.537.614	6.141	17.990.439
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2015	(324.147)	(5)	(3.688.189)	(2.341.065)	(5.336)	(968.318)
Incorporação de controladas			(1.276)			(1.276)
Despesas de amortização			(510.062)	(285.956)	(158.717)	(954.735)
Saldo em 2015	(324.147)	(5)	(4.209.527)	(2.627.021)	(5.336)	(7.846.101)
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))			(14.774)			(14.774)
Despesas de amortização			(513.870)	(230.721)	(98.357)	(843.948)
Transferências	(1.885)		698	(1.553)	655	
Saldo em 2016	(326.132)	(5)	(4.797.309)	(2.759.285)	(5.336)	(9.042.804)
Intangível líquido						
Saldo em 2015	239.183	31.281	1.268.949	926.456	1.916	3.067.228
Saldo em 2016	779.327	20.798	1.126.263	778.519	805	3.292.804
Taxa anual de amortização (média)			20%	8%	16%	

Financiamento em moeda nacional

Banco de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES e outras fontes de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e o atendimento às obrigações regulatórias e, junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: CDB - "China Development Bank" e "Deutsche Euroclear" e FEC - "Finnish Export Credit".

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.035 milhões.

"Covenants"

A Companhia, originalmente, possui obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo do contrato de financiamento. Vale ressaltar que, dado que o evento da recuperação judicial constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos de dívida, os passivos abrangidos a estes contratos foram reclassificados para o passivo corrente. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros não são aplicáveis.

18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
SMP		7.812	905.501
Concessões STFC	55.804	73.682	12.836
Total	55.804	81.494	918.337
Circulante	55.804	77.421	911.930
Não circulante		4.073	6.607

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licenças. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
2017		77.421	
2018		3.630	
2019		443	
Total		81.494	

19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

Controladora		Consolidado		
2016	2015	2016	2015	
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	249.702	270.218	314.172	315.434
Total	249.702	270.218	314.172	315.434
Circulante	31.877	30.945	48.542	35.739
Não circulante	217.825	239.273	265.630	279.695

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

Consolidado				
Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	33.414	3.365	109.880	146.659
Imposto de renda	45.195	2.480	33.150	80.825
PIS	16.873		16.328	33.201
Contribuição social	12.302	761	7.459	20.522
INSS	6.864	2.220	4.817	14.121
Outros	9.292	2.187	7.255	18.744
Total	124.160	11.023	178.889	314.172

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
2017		31.877	48.542
2018		31.877	47.351
2019		31.877	37.423
2020		31.877	37.423
2021		31.877	37.423
2022 a 2024		90.317	106.030
Total		249.702	314.172

Os refinanciamentos nos termos da Lei nº 11.941/2009 e 12.865/2013 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos da Companhia e de suas controladas incluídos nos referidos parcelamentos estão divididos em diversas modalidades, determinadas pela natureza do tributo (previdenciário ou não) e pelo órgão responsável pela administração da dívida (RFB - Receita Federal do Brasil ou PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

20. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributárias				
(I) ICMS	245.809	210.412	367.832	277.197
(II) ISS	62.064	64.889	66.433	71.070
(III) ILL	3.172	6.882	3.172	6.882
(IV) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	28.286	27.182	30.286	29.008
(V) Demais ações	48.786	54.678	60.067	62.423
Total	393.117	364.033	528.890	446.580
Trabalhistas				
(I) Horas extras	65.077	83.803	206.763	101.636
(II) Indenizações	28.149	29.588	75.572	44.049
(III) Adicionais diversos	52.839	54.423	122.941	63.979
(IV) Estabilidade / reintegração	25.509	23.360	66.237	32.778
(V) Complemento de aposentadoria	16.061	15.366	35.803	15.811
(VI) Diferenças salariais	7.131	7.537	17.140	9.681
(VII) Verbas rescisórias	5.422	5.440	15.246	9.971
(VIII) Multas trabalhistas	5.832	5.719	13.580	6.489
(IX) Honorários advocatícios/periciais	3.523	8.135	10.809	10.851
(X) Vínculo empregatício	7.527	6.480	16.573	6.801
(XI) FGTS	1.496	1.546	4.037	2.164
(XII) Substancialidade	139	124	304	127
(XIII) Demais ações	12.406	11.449	30.572	15.301
Total	251.116	252.748	615.277	318.718
Cíveis				
(I) ANATEL	766.899	757.816	914.440	803.576
(II) Juízo Especial	73.657	84.533	154.574	153.344
(III) Demais ações	320.222	264.811	352.816	282.205
Total	1.160.778	1.107.160	1.322.030	1.239.125
Total das provisões	1.805.011	1.723.911	2.463.997	2.004.423
Circulante	176.907	283.613	287.514	388.782
Não circulante	1.828.104	1.430.298	2.176.483	1.805.641

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registrada contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Trabalhistas	412.586	354.023
Tributárias	19.923.379	18.567.310
Cíveis	82.7814	861.120
Total	21.163.778	19.782.453

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2015	346.022	492.183	1.475.088	1.913.293
Adições / Reversões	36.363	(102.801)	292.949	231.511
Baixas por pagamento/encerramentos	(62.314)	(116.743)	(310.429)	(489.486)
Atualização monetária	43.932	(19.891)	44.562	68.593
Saldo em 2016	364.003	262.748	1.107.160	1.733.911
Adições / Reversões	33.130	43.791	196.734	273.655
Baixas por pagamento/encerramentos	(82.226)	(58.292)	(222.626)	(363.144)
Atualização monetária	58.210	10.896	79.510	148.596
Saldo em 2017	393.117	251.116	1.100.778	1.805.011
	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2015	433.799	542.086	1.213.808	2.189.693
Incorporação de controladas	733	6.987	785	8.505
Adições / Reversões	46.300	(82.845)	465.741	419.196
Baixas por pagamento/encerramentos	(65.760)	(129.879)	(501.248)	(716.887)
Atualização monetária	51.508	(7831)	80.037	103.714
Saldo em 2016	446.580	318.718	1.236.126	2.004.423
Aquisição de investimentos	(382)	312.010	3.667	315.295
Saldo em 2017	446.198	630.728	1.239.793	2.316.719

destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

(I) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aqueles pertencentes a aluguel de equipamentos, serviços de transporte, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.981.406 (2015 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão provisionados por serem considerados pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já não tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2017 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(II) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 653.915 (2015 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a Telemar pelas autoridades previdenciárias (INFLDs de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 146.088 (2015 - R\$ 288.807).

(IV) Tributos federais - As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 4.263.663 (2015 - R\$ 3.870.627). A Administração de Competência, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionados, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

* A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute créditos de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrentes em sua maioria de alargamento de base de cálculo - Lei nº 9.180/86, exclusão de base de cálculo de receitas de intercomércio, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.442.421 (2015 - R\$ 2.412.744) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

* IRRF - Múltiplo - A Receita Federal do Brasil autuou a Telemar no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2016 - R\$ 382.079) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL. A impugnação administrativa foi julgada parcialmente procedente. O recurso voluntário interposto pela Companhia foi provido quase que em sua integralidade pelo CARF, sendo certo que o recurso especial manejado pela Procuradoria da Fazenda foi inadmitido pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, tornando-se definitiva, assim, a decisão que reduziu a autuação fiscal em R\$ 268.270 (valores atualizados). Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela companhia - e já admitido pela CSRF - contra a parcela do auto de infração mantida pelo CARF.

Trabalhistas:

Relativa-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 412.586 (2015 - R\$ 354.023).

Cíveis:

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de apuração da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de liquidação, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 827.814 (2015 - R\$ 861.120).

Garantias:

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e segue garantida com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 727.499 (2015 - R\$ 764.834) na controladora e R\$ 8.443.320 (2015 - R\$ 9.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

21. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas a apropriar	1.250.752	1.315.173	1.311.456	1.497.205
Adiantamentos de clientes	40.546	42.996	985.072	552.462
Consignação em favor de terceiros	28.877	17.140	45.282	30.678
Provisão para desmobilização de ativos	9.741	9.381	9.741	9.381
Valores a pagar a partes relacionadas				263.619
Outros	139.375	70.173	637.497	247.894
Total	1.470.291	1.465.651	2.996.048	2.801.220
Circulante	282.832	177.778	1.687.520	1.206.249
Não circulante	1.207.359	1.278.073	1.291.528	1.384.871

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 11.661.082 (2015 - R\$ 11.661.082), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2016	2015
Capital total em ações		
Ações ordinárias	154.032	154.032
Ações preferenciais	190.485	190.485

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



6185083

				Quantidade (em milhares de ações)	
				2016	2015
Balancos por pagamento/incrementos	(85.700)	(129.679)	(501.246)	(716.885)	
Atualização monetária	51.508	(7.831)	80.037	103.714	
Saldo em 2015	446.590	318.718	1.239.125	2.004.423	
Aquisição de investimentos	(392)	312.010	3.657	315.285	
Adições / Reservas	61.318	72.748	380.119	494.183	
Balancos por pagamento/incrementos	(82.454)	(100.412)	(392.971)	(555.837)	
Atualização monetária	81.540	12.313	112.090	205.943	
Saldo em 2016	526.590	618.377	1.322.030	2.463.987	
Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes					
Provisões					
Tributárias:					
(i) Tributos estaduais - Exigência do ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos do ICMS formados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais.					
(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.					
(iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.					
(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.					
(v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face às autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.					
Trabalhistas:					
(i) Horas extras - Refere-se ao plano de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.					
(ii) Indenizações - Refere-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.					
(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.					
(iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao plano decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, guardadora da impossibilidade de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa.					
(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.					
(vi) Diferenças salariais - Refere-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.					
(vii) Verbas rescisórias - Refere-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.					
(viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.					
(ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.					
(x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.					
(xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.					
(xii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.					
Cíveis:					
(i) ANATEL - Em 31 de dezembro de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL processos por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 4.203 milhões, dos quais R\$ 2.162 milhões estavam relacionados a multas já emitidas pela ANATEL. A Companhia e a ANATEL estão negociando Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com vista à conversão dos descumprimentos em obrigações futuras do investimento para benefícios a clientes. Até à presente data o Conselho Diretor da ANATEL deliberou o TAC de Qualidade e Universalização que perfaz um montante de R\$ 1.520 milhões, o qual está sendo avaliado pelo TCU e resultou na solicitação de clarificações à Agência. Adicionalmente, existem cerca de R\$ 5.027 milhões referentes a processos de descumprimento que se encontram fora da esfera da ANATEL. A Companhia discorda e contesta a existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas base ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. Cabe salientar que o juízo competente pelo processo de recuperação judicial determinou a instauração do procedimento de mediação entre a Oi, a ANATEL e a Advocacia Geral da União, para que, nos termos da Cláusula 4.3.2.8 do Plano de Recuperação Judicial, seja possibilitada a transação quanto aos créditos da Classe III (Multas Administrativas). No dia 24 de novembro de 2016, foi realizada a audiência para resolver consensualmente o débito com a ANATEL, como parte do procedimento de mediação instaurado em virtude do processo de recuperação judicial. O juiz responsável pelo processo determinou que fossem instaurados dois processos de mediação - um relativo a multas que já estão sendo cobradas em ações judiciais, e outro relativo a créditos que estão sendo apurados em processos administrativos na ANATEL. O juiz de 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro também indicou os mediadores para lidar com os dois processos, que deverão ser concluídos no prazo de 90 (noventa) dias.					
(ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.					
(iii) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-empregados e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.					
Passivo contingente					
A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais. Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:					
Tributárias:					
(i) ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 9.179.955 (2015 - R\$ 8.751.295). Dentro dessas autuações					

Capital total em ações		Quantidade (em milhares de ações)	
		2016	2015
Ações ordinárias		154.032	154.032
Ações preferenciais classe A		190.465	190.465
Total em circulação		344.497	344.497
A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais em direito a voto.			
Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compra de ações e exclusão do direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias convertíveis em ações.			
(b) Reservas de capital			
Reserva de ação na subordinação de ações			
Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.			
Reserva de despesa e subvenções para investimentos			
O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).			
Reserva especial Lei nº 8.200/1991			
A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deiram origem.			
(c) Reservas de lucros			
Reserva legal			
De acordo com o art. 183 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é obrigatória quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.			
Reserva de investimentos			
A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos compromissos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.			
Reserva de incentivos fiscais			
De acordo com o art. 185-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de despesas ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser constituída da base de cálculo do dividendo obrigatório.			
(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido			
(d.1) Ação em transações de capital e variações de percentagem de participações			
Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com ações, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.			
(d.2) Outros resultados abrangentes			
Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.			
(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio			
Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 8, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.			
As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados: (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B"; bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 13.757/4, com recursos de incentivos fiscais.			
Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada a realização da reserva de investimentos para a absorção do prejuízo do exercício de 2015 no montante de R\$ 2.196.272.			
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 2.355.293 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, será realizado o valor de R\$ 2.355.293 da reserva de investimentos para absorção do prejuízo do exercício.			
(f) Lucro por ação básico e diluído			
Básico			
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.			
Diluído			
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.			
A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:			
		2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia		(2.355.293)	(2.196.272)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas		(1.053.102)	(982.000)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas		(1.302.191)	(1.214.272)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)			
Ações ordinárias - básicas e diluídas		154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas		190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):			
Ações ordinárias - básicas e diluídas		(6,54)	(6,38)
Ações preferenciais - básicas e diluídas		(6,84)	(6,38)
			continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

(g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada pela participação de 18,57% de OI no capital da controlada Serado.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos respectivos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2016.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	OI Móvel, BRT Multimídia e OI Internet	FATL
BRTPREV	OI Móvel, BRT Multimídia e OI Internet	FATL
TelemarPrev	Telemar, OI Móvel e OI Internet	FATL
PBS-A	Telemar	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNCP	OI Móvel	Sistel
CELPREV	OI Móvel	Sistel
PAMA	OI-Telemar	Sistel

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentam situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Plano BRTPREV	304	288
Circulante	301	252
Não circulante	33	36

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se designam no Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Plano TCSPREV	4.518	4.882
Circulante	705	53
Não circulante	3.813	4.839

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipilano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BRTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2002.0017-74.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em número inteiro, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 3% a 8% do SP; (ii) idade de 26 a 30 anos - taxa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (iii) idade de 31 a 35 anos - taxa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iv) idade de 36 a 40 anos - taxa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (v) idade de 41 a 45 anos - taxa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (Incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Fundador/Alternativo; e (iii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Fundador/Alternativo.

Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em dezembro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do ativo do resíduo do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solução da PAMA. Do total transferido, R\$ 1.678 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 696).

Situação dos planos patrocinados, revelados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora			
	2016			
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	238.440	2.613.323	2.967.032	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	29.788	328.145	367.355	136.029
Custo do serviço corrente	24	1.586	-	37
Contribuições de participantes verificadas no ano	42	-	-	-
Benefícios pagos líquidos	(21.115)	(230.684)	(282.754)	(135.107)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	31.989	553.092	455.136	1.003.684
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	279.148	3.263.462	3.486.789	2.079.073
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	271.134	3.049.815	5.030.307	2.007.048
Rendimentos dos ativos do plano	34.062	-385.326	638.954	258.724
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	115	-	-	-
Pagamento de benefícios	(21.115)	(230.685)	(282.755)	(135.107)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos	-	-	-	-
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	22.310	401.004	(15.906)	268.153
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	306.506	3.065.460	5.360.600	2.286.818
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(27.358)	(399.998)	(1.873.831)	(323.745)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.358	399.998	1.873.831	323.745
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	-	-	-	-

Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso

(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido⁽¹⁾

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

8% do SP; e (iv) idade de 46 ou mais anos - taxa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (Incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do melhor Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o melhor Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BITPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento) em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Espondica de Participante do grupo BITPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBRT. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Espondica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadores. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% sobre a folha de salários dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0055-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação; e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária.

A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do total do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadores, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Espondica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Espondicas do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadores. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNCP

Plano de benefício definido. As contribuições para o plano PBS-TNCP são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor de previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(vi) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controladora. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida a incorporação a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 8% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição de auxílio-doença e a aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou semelhantes da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos de Benefícios

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2016, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destas, desde que vinculados aos planos de benefícios da previdência administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma seguradora do plano de assistência à saúde adaptado à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadrando como operador de plano de saúde, a Fundação passa a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva.

Consolidado										Planos de Assistência Médica
2016										
Planos de Pensão										
BITPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELPREV	PAMA			
	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.032	24.918	89	1.070.450		
	173	293	29.768	336.455	367.355	3.125	11	138.029		
	39	62	24	1.812		38	4	37		
no ano			42			9				
	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.754)	(2.325)		(136.107)		
entes	(35)	60	31.889	564.450	455.136	3.439	28	1.003.664		
	1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073		
	1.151	7.183	271.134	2.134.969	5.030.307	50.269	2.501	2.007.048		
	141	934	34.062	396.140	638.954	6.448	327	258.724		
o plano			115			21	2			
			73			12	1			
			42			9				
	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.755)	(2.325)		(136.107)		
	(5)	583	22.310	398.247	(15.906)	270	(277)	268.153		
	1.204	8.690	306.506	3.683.378	5.360.500	54.584	2.553	2.398.818		
íquido	334	(5.994)	(27.358)	(347.180)	(1.873.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)		
ento		1.476	27.358	347.180	1.873.831	25.480	2.420	323.745		
	394	(4.518)								
Consolidado										
2015										
Planos de Pensão										
BITPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELPREV	PAMA			
	1.478	2.096	242.108	2.769.824	3.048.999	25.842	94			
	165	236	27.446	315.487	343.582	2.940	10			
	33	58	80	2.600		82	4			
			43			18	1			
(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)			1.070.450		
(163)	3	(11.869)	(197.326)	(140.874)	(1.977)	(20)				
1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89	1.070.450			
1.132	5.730	251.878	2.994.597	5.888.212	48.794	2.367				
124	676	28.622	342.065	677.075	5.658	279				
			114			35	4			
			71			17	3			
			43			18				
(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)					
				(1.675.896)				2.007.048		
(30)	799	8.788	9.633	455.770	(2.251)	(149)				
1.152	7.183	271.134	2.134.969	5.030.308	50.269	2.501	2.007.048			
287	(4.892)	(32.694)	(353.610)	(2.073.275)	(25.351)	(2.412)	(595.598)			
	32.694	455.610	2.073.275	25.351	2.412	595.598				
287	(4.892)									

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

A Companhia detém o valor disponível para abate de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 4.892 (2015 - R\$ 4.518), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras. Componentes de despesas (receitas) dos benefícios:

	Controladora			
	2016			
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Juros sobre obrigações atuariais	29.769	328.145	367.355	136.029
Rendimento dos ativos do plano	(34.062)	(385.326)	(638.954)	(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso	4.282	57.180	271.599	122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(12)	(1.566)		(37)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total de despesa (receita) reconhecida				

	Controladora			
	2015			
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Custo do serviço corrente	80	2.157		
Juros sobre obrigações atuariais	27.446	308.055	343.562	
Rendimento dos ativos do plano	(28.622)	(333.537)	(677.075)	
Juros sobre o passivo oneroso	1.168	25.481	333.513	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(72)	(2.156)		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total de despesa (receita) reconhecida				

Principais premissas atuariais adotadas:

	2016							
	Planos de Pensão							
	BRTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	13,10%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	10,61%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	13,10%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábuas biométricas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábuas biométricas de entrada em invalidez	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs
Tábuas biométricas de mortalidade de invalidez	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	Nulo	Nulo	0,00%	5,10%	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	58 anos	57 anos	57 anos	56 anos	N/A
Taxa de crescimento nominal das custas médicas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6,67%	6,67%

	2015							
	Planos de Pensão							
	BRTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 10,9%	N/A	10,61%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os								

Custo do serviço corrente
Juros sobre obrigações atuariais
Rendimento dos ativos do plano
Juros sobre o passivo oneroso
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Total da despesa (receita) reconhecida

	Consolidado							
	2016							
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica		Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	BRTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912			38	4
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	29.767	328.145	367.355	3.125	11	136.029
Rendimento dos ativos do plano	(141)	(934)	(34.062)	(385.140)	(638.954)	(6.448)	(327)	(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso			4.283	59.685	271.599	3.321	316	122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(12)	(1.912)		(35)	(4)	(37)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados								
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes								
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido								
Total da despesa (receita) reconhecida								

	Consolidado							
	2015							
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica		Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	BRTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMA
Custo do serviço corrente	33	57	80	2.600			62	4
Juros sobre obrigações atuariais	165	228	27.446	315.486	343.562	2.940	10	
Rendimento dos ativos do plano	(124)	(678)	(28.622)	(342.065)	(677.075)	(5.658)	(279)	
Juros sobre o passivo oneroso			1.168	25.579	333.513	2.715	269	
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(72)	(2.600)		(59)	(4)	
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados								
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes								
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido								
Total da despesa (receita) reconhecida								

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão administrados pela FATL, previstas para o exercício de 2017, são no montante de R\$ 156.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



618508

Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 5,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	11,83%
Tabela biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tabela biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs	Zimmermann Nitzsugs
Tabela biométrica de mortalidade de inválidos	Winkewass	Winkewass	Winkewass	Winkewass	Winkewass	Winkewass	Winkewass	Winkewass
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	Nula	5,10%	N/A	Nula	Nula	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%

N/A = Não aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2016

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2016.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATI e SISTEL são de 31 de julho de 2016 e para o PRMA é de 30 de junho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as taxas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites máximos estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	BT/PTREV	PREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	10,00%	17,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BT/PTREV	PREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELPREV	PAMA
Renda fixa	92,17%	84,25%	88,01%	91,40%	75,86%	96,83%	98,03%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	13,61%			
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,18%	0,01%		
Investimentos no exterior								
Imóveis	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	9,28%			
Empréstimos a participantes	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	1,28%	1,06%	1,97%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 25.108 na controladora e R\$ 57.645 no consolidado.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível de holding Oi)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")			61.487	61.487
Oi Holanda			61.487	61.487
Contas a receber				
Oi	103.871	59.507	800.637	399.093
Rio Alto	361	958	361	958
Oi Móvel	13.748	862.318		
BT Multimídia	21.796	16.228		
Oi Internet	18.921	15.857		
Seride	2	79		
PGA	2			
Créditos com controladas				
Oi	157	23.979	4.143.112	26.715
Oi Serviços Financeiros			23.847	871
Oi Móvel		157	132	
Debitantes				
Oi	1.075.514	899.729	1.075.514	939.723
Oi	1.075.514	899.723	1.075.514	939.723
Dividendos a receber				
BT Multimídia	1.166.950	184.485	27.940	27.940
BT Multimídia	87.583	20.500		
BT Serviços Financeiros	1.856	1.165		
Oi Móvel	348.590	12.14		
Cooper 5	27.940	27.940	27.940	27.940
Oi Internet	700.871	133.886		
Demais ativos	258.147	124.603	79.382	210.748
Oi Móvel	3.685	124.500	79.382	210.748
Oi Móvel	56.848	103		
Seride	38.455			
BT Multimídia	514			
Oi Internet	24.959			
Conecta	132.688			

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Fornecedores	1.252.018	587.149	432.122	1.071.077
Oi	212.816	183.709	432.122	1.071.077
Oi Móvel	104.206	128.731		
Seride	61.686	15.421		
PGA	13.821	5.874		
BT Multimídia	573	230		
Oi Internet	595.941	202.384		
Conecta	243.070			
Empréstimos e financiamentos (Nota 17) (i)				
Oi	3.964.383	2.684.640	8.392.421	3.164.547
Oi Móvel	2.774.123	2.086.734	2.857.909	3.164.547
Oi Móvel	734.479	580.050		
BT Multimídia	8.334	7.303		
Oi Internet	125	563		
PT Participações	447.292		447.293	
Oi Serviços Financeiros			53.787	
Oi Holanda			5.593.432	
Dividendos e juros sobre capital próprio				
Oi	848.041	848.041	848.041	848.041
Oi	848.041	848.041	848.041	848.041
Demais obrigações				
Oi	135.818	38.895	317.524	331.972
Oi Móvel	108.538	38.540	317.524	331.972
Oi Móvel	26.613	342		
BT Multimídia	295	7		
PGA	5	0		
Oi Internet	367			

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. Da mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial mantida a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita				
Receita dos serviços prestados	587.937	767.197	1.043.226	1.167.128
Oi	61.831	66.302	1.043.226	1.167.128
Oi Móvel	515.587	686.269		
Oi Internet	3.071	6.956		
BT Multimídia	6.041	6.432		
Telemar Internet		770		
Seride	835	468		
Conecta	572			
Receitas financeiras				
Oi	141.460	135.009	632.582	217.461
Oi	137.277	115.972	632.117	214.543
Oi Serviços Financeiros	444	2.917	465	2.918
Seride	1.827	13.488		
Oi Móvel	1.912	2.807		
Dommo		45		

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais				
Oi	(1.579.593)	(1.714.724)	(294.940)	(526.437)
Oi	(772.42)	(91.823)	(294.940)	(526.437)
Oi Móvel	(803.842)	(1.398.915)		
Seride	(503.466)	(230.107)		
PGA	(8.147)	(5.674)		
BT Multimídia	(343)	(374)		
Oi Internet	(6)	(28)		
Telemar Internet		(2)		
Conecta	(186.647)			
Despesas financeiras				
Oi	(298.847)	(436.729)	647.582	(403.059)
Oi	(377.982)	(306.289)	(424.730)	(403.059)
Oi Móvel	(101.308)	(106.017)		
BT Multimídia	(1.178)	(8.721)		
Oi Internet	(315)	(5.123)		
Telemar Internet		(579)		
PT Participações			81.909	
Oi Serviços Financeiros			(3.501)	
Oi Holanda			893.704	

continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0007-79

Linhas de crédito

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2015 - 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Diet.

Garantias

As garantias de aval são concedidas pela Oi sobre financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pelo aval, despesas de R\$ 37.453 (2015 - R\$ 37.119).

As garantias em processos judiciais da Companhia são concedidas pela Oi mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A". Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a avaliação no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 283 (2015 - R\$ 288).

Garantias concedidas

A Companhia é avaliada da controlada Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada Oi Móvel. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 1.891 (2015 - R\$ 2.590).

Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos aval para Oi ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses avalis totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 R\$ 283 (2015 - R\$ 288).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

Ativo

Contas a receber

Outras entidades

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015

5.328

4.916

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015

5.328

4.916

Passivo

Fornecedores

Hípermer

Outras entidades

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015

84.479

52.425

87.086

53.317

78.078

52.425

79.354

52.425

6.401

7.731

892

Receita

Receita dos serviços prestados

Hípermer

Outras entidades

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015

48

31

88

90

48

31

48

31

38

67

Custos e despesas

Custos e despesas operacionais

Hípermer

Outras entidades

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015

(244.581)

(228.363)

(258.114)

(241.412)

(216.853)

(207.586)

(220.951)

(207.306)

(27.928)

(21.997)

(37.183)

(34.048)

25. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todas as coisas" para danos materiais relativos à propriedade que cubra todos os ativos seguráveis que pertençam à concessão, seguro de preservação das condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes sob alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes de danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro

Riscos operacionais e lucros cessantes

Incêndio - estoques

Responsabilidade civil - terceiros (*)

Garantia de concessão - Telemar (**)

Roubo - estoques

Responsabilidade civil - geral

Responsabilidade civil - veículos

(*) conforme opção de câmbio do dia 31 de dezembro de 2016 (parâmetro: R\$ 3.2591 - US\$ 1,00)

(**) De acordo com o Acórdão nº 478/2015 publicado no DOU de 28/10/2015 está suspensa da exigibilidade da apresentação das apólices de seguro garantia.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Aquisição de investimentos****ARM Engenharia/Rede Conecta**

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso à banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Seride, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Seride celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações de mesma natureza, incluindo a conclusão da auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A.

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Seride, controladora direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui presença com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores justos dos ativos e passivos adquiridos identificáveis até a data do balanço apresentados abaixo. A Companhia avaliará os ajustes necessários aos valores provisionados dos ativos e passivos identificáveis relacionados às aquisições da ARM e Rede Conecta, durante o período de mensuração, a ser encerrado até junho de 2017. A mensuração dos ativos e passivos identificáveis da Telemont - RJ foi concluída em 2016.

	ARM Engenharia	Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	5.082	229.899	3.128
Ativo não circulante	48.641	170.217	14.245
Ativo total	53.723	400.116	17.371
Passivo circulante	89.088	576.819	77.852
Passivo não circulante	225.373	78.625	27.164
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Passivo total	53.703	400.116	17.371
Valor de aquisição			30.700
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Agio	260.758	255.328	118.345

27. EVENTOS SUBSEQUENTES**Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi**

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas e serão ajustadas no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi apresentado em 5 de setembro de 2016 ("PRJ"), bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da 7ª Vara Empresarial do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017.

DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Marco Norel Schroeder (Diretor Presidente)

Ricardo Malvezzi Martins (Diretor de Finanças)

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)

CONTADOR

Marcelo Antônio Lual Gomes

CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da

Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial

Rio de Janeiro - RJ

Atestação de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. - Em

de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 283 (2015 - R\$ 258).

Garantias concedidas

A Companhia é avaliada da controlada OI Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada OI Móvel. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 1.691 (2015 - R\$ 2.590).

Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais para OI ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses avais totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 R\$ 283 (2015 - R\$ 288).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Contas a receber			5.328	4.916
Outras entidades			5.328	4.916
Passivo				
Fornecedores	84.479	52.425	67.085	53.317
Híspem	78.078	52.425	79.354	52.425
Outras entidades	6.401		7.731	892
Receita				
Receita dos serviços prestados	48	31	66	98
Híspem	48	31	48	31
Outras entidades			38	67
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(244.581)	(229.383)	(258.114)	(241.412)
Híspem	(216.653)	(207.366)	(220.851)	(207.366)
Outras entidades	(27.928)	(21.997)	(37.163)	(34.046)

25. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

DIRETORES ESTATUTÁRIOS			CONTADOR
Marco Norel Schroeder (Diretor Presidente)	Ricardo Malavaz Martins (Diretor de Finanças)	Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)	Marcelo Antônio Leal Gomes
			CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da
Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 28 de junho de 2016, a Telemar Norte Leste S.A. a determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da controladora OI S.A. - Em recuperação judicial aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre condições relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível confirmarmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data da finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativo conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 38) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não foi possível determinarmos se teria havido necessidade

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Aquisição de Investimentos

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção contínua e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da OI e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Sernade, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Sernade celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentemente previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, e denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A.

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Sernade, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços da planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores justos dos ativos e passivos adquiridos identificáveis até a data do balanço apresentados abaixo. A Companhia avaliou os ajustes necessários aos valores providos dos ativos e passivos identificáveis relacionados às aquisições de ARM e Rede Conecta, durante o período de mensuração, a ser encerrado até junho de 2017. A mensuração dos ativos e passivos identificáveis da Telemont - RJ foi concluída em 2016.

	ARM Engenharia	Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	5.062	229.899	3.128
Ativo não circulante	48.641	170.217	14.245
Ativo total	53.703	400.116	17.371
Passivo circulante	89.088	576.819	77.852
Passivo não circulante	225.373	78.625	27.164
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Passivo total	53.709	400.116	17.371
Valor de aquisição			30.700
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Ágio	260.758	255.328	118.345

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Plano de Recuperação Judicial das Empresas OI

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da OI aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no Plano de Recuperação Judicial das Empresas OI apresentado em 5 de setembro de 2016 ("PRJ"), bem como autorizou a Diretoria e os assessores da OI a apresentarem, assim que possível, ao PRJ ao Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, conforme divulgado pela OI em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017.

de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-8 F-RJ

Jose Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4

2021114

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.908.114/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas,**

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (Telemar) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Perfil Corporativo e Desempenho Operacional

A Telemar é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

Na Bandeira larga encerramos 2016 com uma base de 3,4 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 0,94% em relação a 2015.

A planta de TV da O- fechou 2016 com 856 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 16,94% em relação a 2015.

(*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2016.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada foi de R\$ 20.767 milhões em 2016, um decréscimo de 4,3% em relação ao ano anterior.

A Telemar registrou EBITDA de R\$ 4.442 milhões em 2016, um decréscimo de 15,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2016 com um prejuízo líquido de R\$ 2.395 milhões, representando um decréscimo no resultado da Companhia de 9,0% em relação a 2015.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2016. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	816.498	1.402.504	3.016.169	2.272.222	Salários, encargos sociais e benefícios		194.684	238.872	556.335	491.378
Aplicações financeiras	9	511	61.779	95.507	136.668	Fornecedores		2.963.268	1.860.118	5.468.899	4.995.973
Instrumentos financeiros derivativos			378.477		378.477	Empréstimos e financiamentos	17	10.230.530	2.259.612	11.691.481	2.528.653
Contas a receber	10	3.546.804	3.921.861	7.233.850	6.982.060	Instrumentos financeiros derivativos			98.505		98.505
Estoque		1.380	68.519	344.069	317.336	Tributos correntes a recolher	11	18.846	12.016	384.841	226.312
Tributos correntes a recuperar	11	339.529	165.976	745.914	522.396	Outros tributos	12	318.416	327.100	944.168	782.281
Outros tributos	12	535.776	419.953	892.217	712.383	Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	849.097	850.559	849.097	850.559
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	1.166.950	184.485	27.940	27.940	Autorizações e concessões a pagar	18	55.804		77.421	911.930
Depósitos e bloqueios judiciais	13	202.973	324.885	287.500	370.778	Programa de refinanciamento fiscal	19	31.877	30.945	48.542	35.739
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			705	53	Provisões para fundos de pensão	23			301	254
Demais ativos		1.069.057	816.436	1.429.810	1.333.090	Provisões	20	176.907	293.613	287.514	398.782
		7.679.544	7.750.966	14.073.681	13.053.403	Demais obrigações	21	262.932	177.778	1.691.526	1.206.249
								15.102.361	6.149.118	22.006.119	12.526.613
Não circulante											
Aplicações financeiras	9			165.218	907.385	Empréstimos e financiamentos	17	3.517.061	11.415.590	8.248.073	12.903.151
						Outros tributos	12	338.714	327.377	898.119	898.119
						Autorizações e concessões a pagar	18			4.071	911.930

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Outros tributos	12	535.776	410.958	892.717	712.383
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	1.166.950	184.485	27.940	27.940
Depósitos e bloqueios judiciais	13	282.973	324.885	287.500	370.778
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			705	53
Demais ativos		1.069.057	816.136	1.429.810	1.333.090
Total do ativo		7.679.544	7.750.966	14.073.681	13.053.403
Não circulante					
Aplicações financeiras	9			165.218	195.386
Instrumentos financeiros derivativos			1.168.819		1.168.819
Ativo financeiro disponível para venda	31 (i)	64.044	103.500	64.044	103.500
Créditos com partes relacionadas	24	861.806	885.628	5.004.761	887.364
Tributos diferidos a recuperar	11	119.989	1.547.687	418.200	2.400.949
Outros tributos	12	415.183	322.296	546.174	465.202
Depósitos e bloqueios judiciais	13	4.161.342	3.810.900	5.329.309	4.692.293
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			3.813	4.839
Demais ativos		133.014	185.790	205.939	257.718
Investimentos	14	10.775.861	9.567.999	121.580	140.817
Imobilizado	15	11.872.581	11.725.055	20.294.338	19.999.100
Intangível	16	443.171	608.809	3.282.804	3.057.228
Total do ativo		28.846.991	29.910.577	35.446.180	33.283.209
Total do ativo		36.526.535	37.661.543	49.519.861	46.336.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Programa de refinanciamento fiscal	19	31.877	30.945	48.542	35.739
Provisões para fundos de pensão	23			391	252
Provisões	20	176.907	293.613	287.514	356.782
Demais obrigações	21	262.932	1.777.776	1.687.520	1.206.249
Total do passivo e patrimônio líquido		15.102.361	6.149.118	22.006.119	12.526.613
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	3.517.061	11.415.590	8.248.073	12.903.151
Outros tributos	12	338.714	327.377	898.119	796.084
Autorizações e concessões a pagar	18			4.073	6.607
Programa de refinanciamento fiscal	19	217.825	239.273	265.630	279.695
Provisões para fundos de pensão	23			33	36
Provisões	20	1.628.104	1.430.298	2.176.483	1.605.541
Demais obrigações	21	1.207.359	1.278.073	1.291.528	1.394.971
Total do passivo e patrimônio líquido		6.909.063	14.690.611	12.883.939	16.988.185
Patrimônio líquido					
Capital social	22	11.661.092	11.661.092	11.661.092	11.661.092
Reservas de capital		1.667.378	1.667.378	1.667.378	1.667.378
Reservas de lucro		1.270.767	3.626.060	1.270.767	3.626.060
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Outros resultados abrangentes		6.854	(41.736)	6.854	(41.736)
Total do patrimônio líquido		14.515.111	16.821.814	14.515.111	16.821.814
Participação dos não controladores	22			114.692	
Total do patrimônio líquido		14.515.111	16.821.814	14.629.803	16.821.814
Total do passivo e patrimônio líquido		36.526.535	37.661.543	49.519.861	46.336.612

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receitas de vendas e/ou serviços	4	9.298.084	10.428.130	20.767.012	21.706.467
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(7.690.650)	(7.755.664)	(13.774.752)	(13.347.148)
Lucro bruto		1.607.434	2.672.466	6.992.260	8.359.319
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	1.543.498	309.367	1.392	(4.696)
Despesas com vendas	5	(1.649.181)	(1.777.582)	(3.747.789)	(3.958.710)
Despesas gerais e administrativas	5	(999.699)	(1.119.356)	(2.432.095)	(2.472.374)
Outras receitas operacionais	6	918.790	1.061.690	1.267.753	1.297.909
Outras despesas operacionais	6	(750.336)	(971.294)	(1.744.480)	(1.928.983)
		(936.928)	(2.497.175)	(6.655.219)	(7.066.854)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		670.506	175.291	337.041	1.292.465
Receitas financeiras	7	529.690	623.809	1.363.398	902.690
Despesas financeiras	7	(2.095.002)	(2.371.684)	(1.711.399)	(3.303.660)
Resultado financeiro	7	(1.565.312)	(1.747.875)	(348.001)	(2.400.970)
Prejuízo antes das tributações		(894.806)	(1.572.584)	(10.960)	(1.108.505)
Imposto de renda e contribuição social					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(894.806)	(1.572.584)	(10.960)	(1.108.505)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	110.705	2.378.492	(42.548)	2.701.840
Depreciação e amortização	2.247.106	2.100.611	4.105.515	3.938.397
Perdas sobre contas a receber	154.743	183.490	443.385	461.274
Provisões	273.655	231.511	494.183	419.196
Provisão para fundos de pensão			101	90
Equivalência patrimonial	(1.543.498)	(309.367)	(1.392)	4.696
Perda na baixa de ativo permanente		134		1.970
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	55.804	52.300	60.746	58.507
Participação de empregados e administradores	24.015	84.785	62.038	156.144
Operações de instrumentos financeiros derivativos	973.875	(1.100.728)	973.875	(1.100.728)
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(138.675)	(129.996)	(630.923)	(204.935)
Atualização monetária de provisões	148.588	68.592	205.942	103.714
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	5.536	42.241	8.918	46.066
Dividendos prescritos	(1.479)	(921)	(1.479)	(921)
Outros	(53.410)	(36.173)	(62.204)	(4.006)
Total	1.362.159	1.992.367	4.905.195	5.472.799
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	220.314	23.073	(495.275)	(1.031.288)
Estoques	29.360	6.988	(59.279)	83.328
Tributos	(312.128)	292.459	(245.408)	431.509
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(223.624)	(528.905)	(1.490.729)	(1.540.482)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	290.216	611.298	1.506.986	1.607.900
Fornecedores	278.463	(513.286)	(1.080.782)	454.634
Salários, encargos sociais e benefícios	(68.203)	(154.172)	(96.853)	(1.116.605)

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Outras despesas operacionais	(936.928)	(2.497.175)	(6.655.219)	(7.066.854)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	670.506	175.291	337.041	1.292.465
Receitas financeiras	7	529.690	623.809	1.363.398
Despesas financeiras	7	(2.095.002)	(2.371.684)	(1.711.399)
Resultado financeiro	7	(1.565.312)	(1.747.875)	(348.001)
Prejuízo antes das tributações		(894.806)	(1.572.584)	(10.960)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	8	(48.546)	(129.646)	(397.606)
Diferido	8	(1.411.942)	(494.042)	(1.986.172)
Prejuízo do exercício		(2.355.293)	(2.196.272)	(2.394.738)
Prejuízo atribuído aos controladores		(2.355.293)	(2.196.272)	(2.355.293)
Prejuízo atribuído aos não controladores			(39.445)	
Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	22(f)	(6,84)	(6,38)	(6,84)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	(2.196.272)	(2.394.738)	(2.196.272)
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"	86.872	(87.367)	86.872	(87.367)
Ganho (Perda) atuarial reflexo	(309)	1.555	(309)	1.555
Variação de participação de investimentos	(8.541)	11.267	(8.541)	11.267
Resultado abrangente antes dos impostos	(2.277.271)	(2.270.817)	(2.316.716)	(2.270.817)
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:				
Contabilidade de "hedge"	(29.537)	29.705	(29.537)	29.705
Ganho atuarial reflexo	105	(529)	105	(529)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.306.703)	(2.241.641)	(2.346.148)	(2.241.641)
Resultado abrangente atribuído ao controlador	(2.306.703)	(2.241.641)	(2.306.703)	(2.241.641)
Resultado abrangente atribuído ao não controlador			(39.445)	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	5.536	42.241	8.918	46.066
Dividendos prescritos	(1.479)	(921)	(1.479)	(921)
Outros	(53.410)	(36.173)	(62.204)	(4.006)
	1.362.159	1.992.387	4.905.195	5.472.799
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	220.314	23.073	(495.275)	(1.031.288)
Estoques	29.360	6.988	(59.279)	83.328
Tributos	(312.128)	292.459	(245.408)	431.509
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(223.624)	(528.905)	(1.490.729)	(1.540.482)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	290.216	611.298	1.506.986	1.607.900
Fornecedores	278.463	(513.286)	(1.080.782)	454.634
Salários, encargos sociais e benefícios	(68.203)	(154.172)	(96.853)	(257.605)
Provisões	(272.930)	(453.034)	(462.591)	(661.245)
Outras contas ativas e passivas	(106.333)	(50.310)	127.745	31.301
	(164.865)	765.889	(2.296.186)	(881.948)
Encargos financeiros pagos	(404.344)	(824.517)	(889.350)	(1.405.818)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(38.759)	(24.142)	(197.790)	(294.251)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(124.500)	(98.828)	(172.215)	(165.736)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.163	330.444		
	(566.440)	(617.043)	(1.259.356)	(1.865.805)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	630.854	609.455	1.349.653	2.725.046
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.409.608)	(1.660.884)	(2.579.607)	(2.921.852)
Créditos com partes relacionadas - Liberações	(197.846)	(138.903)	(4.207.247)	(123.778)
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos	25.035	461.043	584.982	1.035.240
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	130.936	13.405	133.988	33.512
Depósitos e bloqueios judiciais	(265.405)	(530.281)	(469.362)	(628.578)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	136.226	288.294	200.653	314.905
Aumento/Redução dos investimentos permanentes	(99)	(574.776)	12.088	92
Aumento de capital em controladas	(348.787)		12.088	92
	(1.929.548)	(2.142.102)	(6.324.505)	(2.290.459)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos	1.933.084	6.175.221	8.589.965	6.122.993
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing	(1.191.356)	(4.319.915)	(2.480.310)	(5.828.774)
Autorizações e concessões		(94.100)	(204.778)	(348.544)
Programa de refinanciamento fiscal	(26.052)	(26.335)	(31.206)	(31.080)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(22)	(222)	(22)	(1.939)
	715.554	1.734.649	5.873.649	(87.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(2.968)	21.713	(154.850)	27.080
Fluxo de caixa do exercício	(586.006)	223.715	743.947	374.323
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	816.498	1.402.504	3.016.169	2.272.222
Saldo inicial	1.402.504	1.178.789	2.272.222	1.897.899
Variação no exercício	(586.006)	223.715	743.947	374.323
DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
Transações não caixa				
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	68.213	36.451	93.244	55.440
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	654.529	503.868	1.145.617	395.206
Aumento de capital em controladas	(382.325)			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores											Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Reservas de capital				Reservas de lucro			Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações		Total da participação dos acionistas controladores			
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial Lei n° 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes				
Em 1 de janeiro de 2015	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	5.556.132		(90.980)	3.633	19.063.455	19.063.455	
Perda de contabilidade de "hedge"										(57.662)	(57.662)	(57.662)	
Ganho atuarial reflexo										1.026	1.026	1.026	
Variação de participação de investimentos										11.267	11.267	11.267	
Prejuízo do exercício								(2.196.272)			(2.196.272)	(2.196.272)	
Realização da reserva de investimentos							(2.196.272)	2.196.272					
Em 31 de dezembro de 2015	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860		(90.980)	(41.736)	16.821.814	16.821.814	
Aumento de capital em controladas											154.137	154.137	
Ganho de contabilidade de "hedge"										57.335	57.335	57.335	
Perda atuarial reflexa										(204)	(204)	(204)	
Variação de participação de investimentos										(8.541)	(8.541)	(8.541)	
Prejuízo do exercício								(2.355.293)			(2.355.293)	(39.445)	
Realização da reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293				(2.394.738)	
	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567		(90.980)	6.854	14.515.111	14.629.803	
Em 31 de dezembro de 2016	11.661.092		1.667.378				1.270.767		(90.980)	6.854	14.515.111	14.629.803	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

À Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Controladora").

A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTCB - Companhia das Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de política relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do Consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circuito Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na Reunião de Diretoria, realizada em 28 de março de 2017.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Oi ajudou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, Binetas e Indiretas Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. -- Em Recuperação Judicial ("Copart 4"), Copart 5 Participações S.A. -- Em Recuperação Judicial ("Copart 5"), Indiretas Telemar Integrais e Financeiras (V.V., Lda

Em 1 de dezembro de 2016, os Administradores Holandeses apresentaram pedidos de conversão dos processos de suspensão de pagamentos da PTIF e da Oi Holanda em falência (em conjunto, os "Pedidos de Conversão"). Em 12 de janeiro de 2017 foram realizadas audiências para deliberar sobre os Pedidos de Conversão, oportunidade na qual o Tribunal Holandês informou que iria proferir decisão a respeito no dia 26 de janeiro de 2017. No entanto, em 26 de janeiro o julgamento dos Pedidos de Conversão foi adiado para 2 de fevereiro de 2017, data em que o Tribunal Holandês rejeitou os Pedidos de Conversão, mantendo assim os processos de "Suspension of Payments" da Oi Holanda e da PTIF.

Em 10 de fevereiro de 2017, determinados credores apresentaram recursos contra as decisões que rejeitaram os pedidos de conversão da OJ Holandesa e da PTIF ("Recursos"). Em 20 de fevereiro a Corte de Apelação de Amsterdã, na Holanda, determinou a realização no dia 29 de março de 2017 de audiências sobre os Recursos.

Propostas de pagamento do Plano de Recuperação Judicial, de acordo com o plano de recuperação judicial apresentado pelas Empresas Oi em 5 de setembro de 2016

Classe I - Créditos Trabalhistas:
Os créditos trabalhistas serão pagos em cinco parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 180 (cento e oitenta) dias contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Os credores trabalhistas já reconhecidos na data prevista para realização do primeiro pagamento aos credores trabalhistas e que tiverem depósitos judiciais efetuados pelas Empresas Oi em seu favor serão pagos mediante o levantamento dos valores depositados, após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, até o limite do valor reconhecido como devido pelas Empresas Oi, desde que observadas as condições previstas para tanto no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi.

O crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade de previdência privada vinculada às Empresas Oi, será pago em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, iniciando os pagamentos após 5 (cinco) anos contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Sobre o valor principal do crédito trabalhista de titularidade da Fundação Atlântico de Seguridade Social incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelo índice do INPC mais 5,5% ao ano. Os juros e a correção serão capitalizados ao principal durante os 5 (cinco) primeiros anos após a homologação do Plano de Recuperação Judicial, e após este período serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do principal.

Classe II – Créditos com Garantia Real:

Os créditos com garantia real serão pagos em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, iniciando-se os pagamentos após 126 (cento e vinte e seis) meses, contados da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Sobre o valor principal dos créditos com garantia real incidirão, a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial, juros e correção monetária pelas taxas contratadas. Os juros e a correção serão capitalizados.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: **TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**


Nire: 33300152580

Protocollo: 0020171653432 - 16/05/2017


CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL
Nire: 33300152580
Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Mediação

Em 19 de dezembro 2016, foi deferida a instauração de procedimentos de mediação, extensivos a todo e qualquer credor que deseje receber um adiantamento de 90% de seu crédito, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme determinadas condições estabelecidas no âmbito do processo de recuperação judicial. Em 24 de novembro de 2016, as Empresas Oi participaram de uma audiência de mediação com a ANATEL, com vistas a uma solução consensual para equacionamento das dívidas sujeitas à recuperação judicial. Os mediadores já foram nomeados, e espera-se que o processo de mediação inicie em breve.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015, dando continuidade ao processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas direta da Companhia, iniciado em 2012, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BrT Serviços de Internet S.A. ("BrT") e da Telemar Internet Ltda. ("Telemar Internet") pela Oi Internet S.A. ("Oi Internet"), com a extinção das duas sociedades incorporadas. A unificação das operações da BrT e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por essas sociedades, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2016	Indireta 2016	Direta 2015	Indireta 2015
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel - Região II	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Copart 4 Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SERDE - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de Rede	81,43%		99,99%	
Rede Conecta - Serviços de Rede S.A. ("Conecta")	Serviços de Rede		100%		
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrT") (i)	Holding			100%	
Oi Internet S.A. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL ("Oi Paraguay")	Tráfego de dados		100%		100%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi		100%		100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi		100%		100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi		40%		40%
VEX USA Inc	Internet Wifi		100%		100%
VEX Wifi Canadá Ltd	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi		100%		100%
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi		100%		100%
Bryophyta SP Participações S.A. (ii)	Investimentos em propriedades		0,20%		100%

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015, conforme Nota 1.

(ii) A Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a Oi.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2016	Indireta 2016	Direta 2015	Indireta 2015
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		50%

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados ao valor presente.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

BRT Call Center	atendimento e telemarketing	100%	100%
BRT Serviços de Internet S.A. ("BRT") (i)	Holding	100%	100%
Oi Internet S.A. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicaciones SHL			
("Oi Paraguay")	Tráfego de dados	100%	100%
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	100%	100%
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	100%	100%
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	40%	40%
VEX USA Inc.	Internet Wifi	100%	100%
VEX Wifi Canada Ltd	Internet Wifi	100%	100%
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	100%	100%
Pointer Peru S.A.C.	Internet Wifi	100%	100%
Bryophyta SP Participações S.A. (ii)	Investimentos em propriedades	0,20%	100%

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015, conforme Nota 1

(ii) A Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a Oi.

As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo.

Empresa	Atividade	Direta 2016	Indireta 2016	Direta 2015	Indireta 2015
Companhia AIX de Participações (AIX)	Tráfego de dados	50%		50%	
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira		50%		50%
Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar")	Operação de Satélites	19,04%		19,04%	
	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%		29,90%
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")					

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da administração sobre a probabilidade (i) de fechamento de um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi no processo de recuperação judicial e (ii) da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, as Empresas Oi têm cumprido satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(b) Principais políticas contábeis

Créditos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício;
- consolidação dos fundos de investimentos e dividendos (Nota 1).

de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros do longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de contribuição definidos, detém uma característica de passivo, correspondendo ao valor presente das

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

empresas consolidadas:

- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais altas das atividades adquiridas, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação;

(ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais reflexos resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

* Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados e contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, o custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Demonstrações Financeiras da Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas de vendas da equidade histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e financeiros futuros podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das atividades forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições tiverem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as mudanças implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Em situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas, os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida de imobilização e de intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear, no decorrer da vida útil de cada respectivo ativo. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia oferece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 21. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderia resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimento e expectativa de vida.

Telemar registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 39 e CPC 39 / IAS 32, como ativo financeiro disponível para venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou desvalorização no valor justo das ações da Pharol no montante de R\$ 39.456 (2015 - R\$ 146.601), sendo o montante líquido de tributos de R\$ 26.041 (2015 - R\$ 96.756). Dado a relevância, e em consonância com o CPC 38/IAS 39 e CPC 39/IAS 32, a Companhia reconheceu a perda em despesa financeira.

(ii) As autorizações e concessões a pagar e o programa de refinanciamento fiscal não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iv) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, são detalhados abaixo:

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
	2016	2015	2016	2015
Nível 1	77.024	195.166	122.137	333.754
Nível 2	739.474	1.207.398	2.894.032	3.368.498
Nível 2	577	61.779	268.125	247.854
Nível 2		1.547.290		1.547.290
Nível 3	64.044	103.500	64.044	103.500

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. O saldo remanescente diz respeito a um contrato com instituição financeira que passou a compor a lista de credores e será renegociado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, não sofrendo alterações no futuro a partir da evolução cambial e de juros.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares").

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio. No seguimento da decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016, de modo que na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mais possuía operações de derivativos contratadas vigentes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução no valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas podem resultar em provisão para redução ao valor recuperável do todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas, devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, pouca capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48 - "Financial Instruments" (Instrumentos financeiros) substitui as orientações existentes na IAS 39 / CPC 38 - "Financial Instruments: Recognition and Measurement" (Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 / CPC 48 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 9 / CPC 48 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 15 / CPC 47 - "Revenue from Contracts with Customers" (Receita de Contratos com Clientes) - exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma substitui a maior parte das orientações detalhadas sobre o reconhecimento de receita. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. As entidades podem optar por adotar a norma retroativamente ou utilizar uma abordagem de transição modificada, que corresponde a adotar a norma retroativamente apenas em contratos que não correspondam a contratos concluídos na data da adoção inicial. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 15 / CPC 47 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 - "Leases" (arrendamentos) - Substitui o IAS 17 e suas interpretações e define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A nova regra elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, seguindo pelo IAS 17, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto do IFRS 16 no conjunto de suas Demonstrações Financeiras.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de risco de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseada-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha da metodologia exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderiam ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Um quantitativo significativo de derivativos e risco de taxa de câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo realizadas no longo do segundo e terceiro trimestres de 2016, de modo que na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mais possuía operações de derivativos contratadas vigentes. As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ganho (perda) com "swap" cambial	(822.039)	1.076.420	(822.039)	1.076.420
Operações de termo em moedas	(152.265)	27.460	(152.265)	27.460
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	429	(3.152)	429	(3.152)
Total	(973.875)	1.100.728	(973.875)	1.100.728

As movimentações das operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedge", registradas em outros resultados abrangentes, são apresentadas abaixo:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de "hedge" em outros resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial	(57.335)	(57.335)	(57.335)	(57.335)
Resultado dos "hedges" designados	74.909	74.909	74.909	74.909
Transferência da porção inefetiva ao resultado	7.371	7.371	7.371	7.371
Amortização dos "hedges" ao resultado pela taxa efetiva	4.592	4.592	4.592	4.592
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedge"	(29.537)	(29.537)	(29.537)	(29.537)
Saldo final	(2.100)	(2.100)	(2.100)	(2.100)

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre, até ser liquidado em sua totalidade no terceiro trimestre de 2016.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2016, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura do risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 41,2% (2015 - 49,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo):

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	4.932.287	4.932.287	11.699.390	11.699.390
Instrumentos financeiros derivativos			2.571	2.571

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	10.525.739	10.525.739	13.192.148	13.192.148
Instrumentos financeiros derivativos			2.571	2.571

Análise de sensibilidade do risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 4 - os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito de informação, os valores obtidos

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

ativos ou passivos identificados ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por comparação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 -- Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	Controladora Consolidado			
		2016			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	77.024	77.024	122.137	122.137
Equivalentes de caixa	Valor justo	739.474	739.474	2.894.032	2.894.032
Aplicações financeiras	Valor justo	577	577	260.725	260.725
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.546.804	3.546.804	7.233.850	7.233.850
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.075.671	1.075.671	5.218.626	5.218.626
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	1.037.281	1.037.281	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	64.044	64.044	64.044	64.044
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	2.963.268	2.963.268	5.468.899	5.468.899
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.694.354	13.694.354	19.886.317	19.886.317
Debêntures	Custo amortizado	53.237	53.237	53.237	53.237
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.097	849.097	849.097	849.097
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado	55.804	55.804	81.494	81.494
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	249.702	249.702	314.172	314.172
	Mensuração contábil	Controladora Consolidado			
		2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	195.166	195.166	303.754	303.754
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.207.338	1.207.338	1.968.468	1.968.468
Aplicações financeiras	Valor justo	6.779	6.779	242.054	242.054
Contas a receber (iv)	Custo amortizado	3.921.861	3.921.861	6.982.060	6.982.060
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	963.702	963.702	965.438	965.438
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.547.290	1.547.290	1.547.290	1.547.290
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	184.485	184.485	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	103.500	103.500	103.500	103.500
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	1.860.118	1.860.118	4.995.973	4.995.973
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	13.625.179	13.625.179	15.381.781	15.381.781
Debêntures	Custo amortizado	50.023	50.023	50.023	50.023
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	98.505	98.505	98.505	98.505
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	850.559	850.559	850.559	850.559
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	270.218	270.218	315.434	315.434
Corresponde a 10% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - Pharol) e 90% na Pharol S.A.					
A Administração considera que: (i) a participação da Telemar de 10% do capital social da Pharol e (ii) os dois representantes da Telemar nomeados em 1.º de abril de 2011 no Conselho de Administração da Pharol não têm influência significativa nas políticas, financeiras, operacionais e estratégicas da Pharol. Desta forma, a					

Corresponde a 10% de participação acionária na Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS S.A. - Portugal Telecom).

A Administração considera que (i) a participação da Telemar de 10% do capital social da Pharol e (ii) os dois representantes da Telemar nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da Pharol não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Pharol. Desta forma, a

Empréstimos e financiamentos (Nota 17)

Instrumentos financeiros derivativos

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajustamento da recuperação judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros em moeda estrangeira da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2016. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2016	Desvalorização
Cenário Provável		
Dólar	3,2591	0%
Euro	3,4384	0%
Cenário Possível		
Dólar	4,0739	25%
Euro	4,2980	25%
Cenário Remoto		
Dólar	4,8887	50%
Euro	5,1576	50%

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Risco individual	Controladora			
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável
		2016	2016	2016	2016
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.578.820	5.723.524	6.868.229	4.578.820
Gaixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.215)	(1.519)	(1.823)	(2.408)
Dívidas em Euro	Alta do Euro				
Caixa em Euro	Queda do Euro	(433)	(541)	(649)	(433)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		4.577.172	5.721.464	6.865.757	4.575.978
Total (ganho) perda		1.144.292	2.288.585		1.143.993

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em títulos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares. Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 91,8% (2015 - 89,3%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia é de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	738.259	738.259	641.371	641.371
Aplicações financeiras	577	577	6.292	6.292
Créditos com partes relacionadas	1.075.671	1.075.671	963.702	963.702
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	13.747.591	13.747.591	11.699.390	11.699.390
Instrumentos financeiros derivativos			2.571	2.571

continua

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001 79

6185102

Ativos financeiros

Equivalentes de caixa

Aplicações financeiras

Créditos com partes relacionadas

Passivos financeiros

Empréstimos e financiamentos

Instrumentos financeiros derivativos

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao ajuizamento da recuperação judicial em 29 de junho de 2016 – conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Sujeito ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa.

No período compreendido entre o protocolo e a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. A partir de 1 de janeiro até 31 de dezembro de 2016 foi elevada para 7,5% a.a.

2016								
Cenário provável			Cenários de taxas de juros			Cenário remoto		
USD LIBOR			Cenário possível			USD LIBOR		
CDI	TJLP	6M	CDI	TJLP	6M	CDI	TJLP	6M
13,63%	7,50%	1,31767%	17,04%	9,38%	1,64709%	29,45%	11,25%	1,97653%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir.

2016								
Descrição	Risco individual	Controladora			Consolidado			
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	
Dívidas em CDI	Alta do CDI	229.602	273.831	317.363	229.602	273.831	317.363	
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	327.113	388.809	452.701	327.113	388.809	452.701	
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	354.408	386.437	418.466	354.408	386.437	418.466	
Total (ganho) perda		911.123	1.049.077	1.188.530	911.123	1.049.077	1.188.530	

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes das tributações	(894.806)	(1.572.584)	(10.960)	(1.108.505)
Total do resultado tributado	(894.806)	(1.572.584)	(10.960)	(1.108.505)
IRPJ e CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	304.234	534.679	3.726	376.892
Equivalência patrimonial	524.789	105.185	473	(1.597)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(167.110)	(20.851)		(1.087)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	997	507	18.608	5.150
Adições permanentes (ii)	(10.408)	(192.258)	(88.736)	(176.960)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferidos (iii)	(2.112.989)	(1.050.950)	(2.112.989)	(1.050.950)
Ativo fiscal diferido não constituído (iv)			(203.595)	(236.725)
Efeitos de Taxas de Impostos diferenciadas (v)			(1.265)	(7.490)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(1.460.487)	(623.688)	(2.383.778)	(1.087.767)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de adições permanentes em 2016 e 2015 são: multas indeutíveis, patrocínios e doações indeutíveis, receitas, prescrição de dividendos e baixa de créditos fiscais não recuperáveis.

(iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 11).

(iv) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e contas bancárias	77.024	195.166	122.197	303.754
Equivalentes de caixa	739.474	1.207.336	2.894.032	1.958.468
Total	816.498	1.402.504	3.016.169	2.272.222

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações compromissadas	627.141	331.635	2.412.993	830.430
CDB - Certificado de Depósito Bancário	111.070	104.798	477.753	365.334
"Time Deposits"	1.215	749.415	1.215	749.415
Outros	48	21.490	2.071	23.289
Equivalentes de caixa	739.474	1.207.336	2.894.032	1.958.468

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos privados			165.218	105.386
Títulos públicos	577	6.293	95.507	75.181
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	260.727	242.054
Circulante	577	67.779	95.507	136.668
Não circulante			165.218	105.386

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

nas tabelas a seguir:

Descrição	Risco Individual	2016					
		Controladora			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
Dividas em CDI	Alta do CDI	229.602	273.831	317.363	229.602	273.831	317.363
Dividas em TJLP	Alta do TJLP	327.113	388.809	452.701	327.113	388.809	452.701
Dividas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	354.408	386.437	418.466	354.408	386.437	418.466
Total (ganho) perda		911.123	1.049.077	1.188.530	911.123	1.049.077	1.188.530

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instruções de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 98,6 % das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Faço ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.761.473	13.615.892	33.270.925	31.621.219
Deduções da receita bruta	(4.463.389)	(3.187.782)	(12.503.913)	(9.514.752)
Tributos	(2.854.301)	(3.162.927)	(6.115.655)	(6.150.459)
Outras deduções	(1.599.088)	(24.835)	(6.388.258)	(3.364.293)
Receitas de vendas e/ou serviços	9.298.084	10.428.130	20.787.012	21.706.467

5. DESPESAS POR NATUREZA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	(2.163.961)	(2.445.826)	(5.425.032)	(5.356.865)
Depreciação e amortização	(2.247.409)	(2.166.641)	(4.105.515)	(4.938.397)
Aluguéis e seguros	(4.732.954)	(4.147.902)	(8.895.661)	(8.460.067)
Pessoal	(787.573)	(730.159)	(2.481.759)	(2.994.245)
Serviço de manutenção da rede interconexão	(1.635.338)	(1.420.758)	(1.011.219)	(1.289.092)
FISTEL	(18.610)	(22.736)	(668.877)	(670.314)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154.743)	(183.490)	(443.391)	(461.274)
Publicidade e propaganda	(192.893)	(46.988)	(341.401)	(369.737)
Custos de aparelhos e outros			(252.184)	(355.846)
Materiais	(94.680)	(96.772)	(157.639)	(201.669)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(55.804)	(52.300)	(60.746)	(58.507)
Outros custos e despesas	(23.116)	(29.673)	(61.358)	(56.742)
Total	(10.339.530)	(10.652.602)	(19.954.836)	(19.778.232)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)	(7.755.684)	(13.774.752)	(13.347.148)
Despesas com vendas	(1.649.181)	(1.777.582)	(3.747.789)	(3.958.710)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)	(1.119.356)	(2.432.095)	(2.472.374)
Total	(10.339.530)	(10.652.602)	(19.954.836)	(19.778.232)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas operacionais				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	520.458	330.694	553.005	340.170
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	156.425	567.746	270.183	725.379
Receita na alienação de bens	130.936	13.405	133.988	33.512
Multas	20.881	76.304	112.256	129.331

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações contempladas	627.141	331.635	2.412.993	830.430
CDR - Certificado de Depósito Bancário	111.070	104.798	477.753	365.334
"Time Deposits"	1.215	149.415	1.215	749.415
Outros	48	21.490	2.071	23.289
Equivalentes de caixa	739.474	1.207.338	2.894.032	1.968.468

(b) Aplicações financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos privados			165.218	105.386
Títulos públicos	577	6.293	95.507	75.181
Outros		61.486		61.487
Aplicações financeiras	577	67.779	260.725	242.054
Circulante	577	67.779	95.507	136.668
Não circulante			165.218	105.386

10. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços faturados	3.259.634	3.673.925	5.857.175	5.480.063
Serviços a faturar	303.160	290.685	734.101	986.628
Aparelhos e acessórios vendidos			838.304	827.345
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.990)	(42.729)	(195.730)	(231.975)
Total	3.546.804	3.921.861	7.233.850	6.962.060

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	2.667.468	3.173.382	5.995.207	5.964.539
Vencidas até 60 dias	495.451	431.038	774.474	672.210
Vencidas de 61 a 90 dias	82.120	68.875	139.431	112.217
Vencidas de 91 a 120 dias	65.334	58.232	109.482	94.501
Vencidas de 121 a 150 dias	50.899	65.398	94.438	102.525
Vencidas acima de 150 dias	201.522	169.664	316.603	268.044
Total	3.562.794	3.964.590	7.429.580	7.214.036

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 01/01/2015			(23.514)	(182.302)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(183.490)	(461.274)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			164.275	411.600
Saldo em 2015			(42.729)	(231.975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(154.743)	(443.385)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			181.482	479.631
Saldo em 2016			(15.990)	(195.730)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

Descrição	Ativo		Passivo	
	Controladora		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)			92.135	77.881
IR a recuperar (ii)			235.993	200.410
IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii)	339.529	165.876	417.786	244.105
Circulante	339.529	165.876	745.914	522.396
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (iii)	2.237.478	2.594.356	2.499.273	3.434.809
Provisão para perda	(2.135.550)	(1.050.949)	(2.135.550)	(1.055.482)
Subtotal - Tributos diferidos a recuperar	101.928	1.543.407	363.723	2.379.327
Outros tributos diferidos a recuperar (iv)	18.061	4.280	54.477	21.622
Não circulante	119.989	1.547.687	418.200	2.400.949

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Total (10.339.530) (10.652.602) (19.954.636) (19.778.232)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas operacionais				
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	520.458	330.694	553.095	340.170
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	156.425	567.746	270.163	725.379
Receita na alienação de bens	130.936	13.405	133.986	33.512
Multas	70.883	76.304	112.666	119.331
Serviços técnicos e administrativos	26.059	64.427	39.907	40.730
Dividendos prescritos	14/9	921	14/9	921
Outras receitas	12.550	8.193	162.535	37.866
Total	918.790	1.061.690	1.267.753	1.297.909
Outras despesas operacionais				
Tributos	(238.345)	(282.632)	(752.511)	(683.395)
Provisões/reversões	(273.655)	(231.511)	(494.183)	(419.196)
Participação de empregados e administradores	(24.015)	(84.785)	(62.036)	(156.144)
Barra de imobilizado	(26.128)	(36.684)	(45.888)	(41.103)
Multas	(13.902)	(28.630)	(42.672)	(46.986)
Descontos concedidos	(3.523)	(28.426)	(4.653)	(29.229)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos			(101)	(98)
Outras despesas	(1/0.768)	(278.306)	(343.644)	(552.840)
Total	(750.336)	(971.294)	(1.744.480)	(1.928.983)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	141.460	135.009	632.582	217.461
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	299.937	357.426	428.597	451.733
Rendimentos de aplicações financeiras	46.569	3.580	222.584	87.942
Dividendos recebidos	10.305		10.305	
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(6.638)	53.410	(5.877)	59.041
Outras receitas	38.057	74.384	74.807	86.513
Total	529.690	623.809	1.363.398	902.690
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(973.875)	1.100.728	(973.875)	1.100.728
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(788.496)	(813.498)	(934.189)	(1.117.987)
Juros sobre debêntures	(3.214)	(3.012)	(3.214)	(3.012)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(398.847)	(426.729)	547.382	(403.059)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	923.125	(1.297.818)	921.800	(1.304.900)
Sub-total:	(1.241.307)	(1.440.329)	(442.096)	(1.728.230)
b) Outros encargos				
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(244.540)	(196.819)	(417.080)	(345.721)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(256.291)	(332.597)	(390.165)	(702.991)
Atualização monetária de provisões	(148.588)	(68.592)	(205.942)	(103.714)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	(39.456)	(146.601)	(39.921)	(146.601)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(5.536)	(42.241)	(8.918)	(46.086)
Outras despesas	(159.284)	(144.505)	(207.271)	(230.337)
Sub-total:	(853.695)	(931.355)	(1.269.303)	(1.575.430)
Total	(2.095.002)	(2.371.684)	(1.711.399)	(3.303.660)
Resultado financeiro	(1.565.312)	(1.747.875)	(348.001)	(2.400.970)

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(48.545)	(129.646)	(397.606)	(439.119)
Tributos diferidos	(1.411.942)	(444.142)	(1.144.172)	(644.749)
Total	(1.460.487)	(623.688)	(2.383.778)	(1.083.868)

Não circulante

119.989 1.547.687 418.200 2.400.949

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	13.781	8.791	278.784	165.402
Contribuição social a pagar	5.065	3.225	106.057	60.910
Circulante	18.846	12.016	384.841	226.312

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, foram constituídas provisões para perdas no montante R\$ 3.163.939.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade no montante R\$ 624.100 (2015: R\$ 454.319).

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Saldo em 2016
	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	
Saldo em 2015			
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisão para participação nos lucros	25.283	(11.118)	8.165
Provisões	384.940	26.114	411.054
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	465.205	13.629	478.834
Variações cambiais	199.447	79.432	278.879
Outras adições/exclusões temporárias	(239.933)	(1.092.336)	(1.332.269)
Juros da dívida		203.472	203.472
Contabilidade de "hedging"	29.537	(29.537)	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL			
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	1.729.877	460.066	2.189.943
Provisão para perda	(1.050.949)	(1.084.601)	(2.135.550)
Total imposto diferido ativo	1.543.407	(1.411.942)	101.928

	Consolidado		Saldo em 2016
	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	
Saldo em 2015			
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	100.495	15.937	116.432
Provisão para participação nos lucros	40.376	(22.273)	18.103
Provisão para fundos de pensão	(1.288)	20	105
Provisões	462.335	41.263	503.598
Provisões para créditos de liquidações duvidosa	537.404	5.996	543.400
Variações cambiais	199.447	(311.926)	(112.379)
Outras adições/exclusões temporárias	(150.673)	(1.288.113)	(1.438.786)
Juros da dívida		203.472	203.472
Contabilidade de "hedging"	29.537	(29.537)	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL			
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.217.176	449.420	2.666.596
Provisão para perda	(1.055.482)	(1.080.068)	(2.135.550)
Total imposto diferido ativo	2.379.327	(1.986.172)	363.723

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/000179

12. OUTROS TRIBUTOS

6185105

(ICMS a recuperar (i))
PIS/COFINS
Outros
Total
Circulante
Não circulante

Ativo		Consolidado	
Controladora	2015	2016	2015
2016			
830.304	573.261	1.214.201	914.321
73.028	112.922	149.420	181.310
47.627	56.066	74.770	81.954
950.959	742.249	1.438.391	1.177.585
535.776	419.953	892.217	712.383
415.183	322.296	546.174	465.202

Passivo		Consolidado	
Controladora	2015	2016	2015
2016			
347.624	326.590	826.023	732.893
181.824	237.606	394.186	460.752
106.477	64.807	400.798	281.856
552	452	56.107	23.710
20.656	10.942	4.789	15.139
14.060	160.404	46.015	
657.130	654.477	1.842.287	1.580.365
318.416	327.100	944.168	782.281
338.714	327.377	898.119	798.084

FUST/FUNTEL/Rádiodifusão

ICMS

PIS/COFINS (ii)

ISS

ICMS Convênio nº 69/1998

Outros (iii)

Total

Circulante

Não circulante

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 7.238/2016 e nº 7.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

13. DEPOSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
2016			
1.918.129	1.859.159	2.343.445	2.171.649
1.446.128	1.336.336	2.056.479	1.878.739
1.000.060	940.290	1.216.885	1.012.683
4.364.315	4.135.785	5.616.809	5.063.071
202.973	324.885	287.500	370.778
4.161.342	3.810.900	5.329.309	4.692.293

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14. INVESTIMENTOS

Controladora		Consolidado	
2016	2015	2016	2015
2016			
10.680.431	9.467.133		
82.519	87.055	45.464	63.837
		38.139	39.003
3.986	3.986	13.833	13.833
8.676	8.676	23.895	23.895
249	249	249	249
10.725.861	9.567.099	121.580	140.817

Participações avaliadas a:

Investimento em controladas

Negócios em conjunto

Investimento em coligadas

Custo de aquisição

Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas

Outros investimentos

15. IMOBILIZADO

Controladora													
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total						
Custo do imobilizado (valor bruto)													
Saldo em 01/01/2015	1.618.663	10.247.500	17.152.207	21.119.352	2.450.044	1.399.589	53.967.395						
Adições	1.525.785		96.538	11.989	118.984	213.028	1.966.325						
Baixas		(2.189)	(48.330)	(493.734)	(75.219)		(621.574)						
Transferências	(1.887.711)	2.786	725.067	1.034.734	(261.735)	366.839	2.042						
Saldo em 2015	1.256.737	10.248.087	17.927.502	21.672.321	2.232.074	1.997.415	55.334.146						
Adições	2.013.711	85	132.184	1.658	9.227	12.945	2.169.730						
Baixas	(8.587)		(2.178)	(115.220)	(104)	(205)	(126.294)						
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.508	887.513	593	52.199							
Saldo em 2016	1.700.129	10.279.081	18.648.016	22.446.272	2.241.790	2.062.354	57.377.642						
Depreciação acumulada													
Saldo em 01/01/2015		(9.805.543)	(12.958.011)	(16.922.146)	(1.680.272)	(1.196.996)	(42.362.959)						
Despesas de depreciação		(140.924)	(854.062)	(692.473)	(89.525)	(82.081)	(1.849.065)						
Baixas		2.189	48.329	493.327	61.045	2.042	606.832						
Transferências		(45.338)	102.785	(1.940)	34.507	(87.014)							
Saldo em 2015		(9.789.616)	(13.680.959)	(17.126.232)	(1.684.245)	(1.374.039)	(43.605.091)						
Despesas de depreciação		(150.347)	(928.973)	(782.613)	(55.802)	(106.928)	(2.004.563)						
Baixas			1410	102.902	104	177	194.593						
Transferências		(181)	60	15	248	(142)							
Saldo em 2016		(9.940.144)	(14.588.362)	(17.785.928)	(1.709.696)	(1.480.932)	(45.505.061)						
Imobilizado líquido													
Saldo em 2015	1.256.737	458.481	4.266.543	4.546.089	577.829	623.376	11.729.055						
Saldo em 2016	1.700.129	338.937	4.059.654	4.680.344	532.095	581.422	11.872.581						
Taxa anual de depreciação (média)		11%	9%	8%	8%	12%							

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações avaliadas a:				
Investimento em controladas	10.680.431	9.467.133		
Negócios em conjunto	82.519	87.055	45.464	63.837
Investimento em coligadas			38.139	39.003
Custo de aquisição	3.986	3.988	13.833	13.833
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	8.676	8.676	23.895	23.895
Outros investimentos	249	249	249	249
Total	10.775.861	9.567.099	121.580	140.817

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2015	9.321.314	134.338
Equivalência patrimonial (i)	309.367	(4.696)
Aumento de capital em controladas (ii)	574.776	
Juros sobre capital próprio	(61.327)	
Dividendos	(267.211)	
Reclassificação de provisão para patrimônio líquido negativo reconhecido em controlada	57.668	
Transferência de investimentos para provisão para patrimônio líquido negativo	(258.159)	
Redução de investimento de controlada	(121.618)	
Outros	12.291	11.175
Saldo em 2015	9.567.099	140.817
Equivalência patrimonial (i)	1543.498	1.392
Aumento de capital em controladas (ii)	731.211	
Juros sobre capital próprio	(491.500)	
Dividendos	(565.813)	
Baixa de investimentos		(12.088)
Outros	(8.634)	(8.541)
Saldo em 2016	10.775.861	121.580

(i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa, principalmente, aos investimentos de negócios em conjunto e em coligadas (Nota 1).

(ii) Refere-se, substancialmente, a aumento de capital na controlada Serede.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

Controladas e Negócios em conjunto	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	Controladora			2016	
			Qtde. milhares de Ações			Participação - %	
			Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
Oi Internet	1.216.649	724.225	821.159			100	100
Seriede	617.621	(410.352)	19.238.257			81,43	81,43
Oi Móvel	8.466.096	1.133.450	14.209.581			100	100
BrT Multimídia	481.914	54.393		446.245		99,99	99,99
BrT Call Center	4.716	(2.100)	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.128	695		7.499.999		100	100
Dommo	(73)	(262)	11.265	22.531		100	100
Hispanar	170.344	6.770	113.213			19,04	19,04
AIX	23.772	2.596	298.563			50	50

Controladas e Negócios em conjunto	Equivalência patrimonial	Valor do Investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
Oi Internet	724.225	1.216.649	
Serede	(370.908)	502.929	
Oi Móvel	1.133.450	8.466.095	
BrT Multimídia	54.393	481.914	
BrT Call Center	(2.100)	4.716	
BrT Card	695	8.128	
Dommo	(262)		73
Hispanar	7.111	37.055	
AIX	(3.106)	45.464	
Total	1.543.498	10.762.950	73

Controladas e Negócios em	Patrimônio líquido do	Lucro (Prejuízo) líquido do	Qtde. milhares de Ações	Participação - %
Controladas e Negócios em	Patrimônio líquido do	Lucro (Prejuízo) líquido do	Qtde. milhares de Ações	Participação - %

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Incorporação de controladas				
Adições	2.295.744	14.274	223.551	13.805
Baixas		(2.189)	(54.380)	(494.894)
Transferências	(2.958.089)	79.753	1.559.809	1.118.474
Saldo em 2015	1.488.812	13.598.936	31.524.548	21.765.669
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))	4.840	261	300	1.045
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230
Baixas	(15.216)		(5.029)	(115.220)
Transferências	(2.733.825)	76.416	1.685.103	887.390
Saldo em 2016	1.990.432	13.675.678	33.450.179	22.542.114
Depreciação acumulada				
Saldo em 01/01/2015	(11.471.857)	(18.583.463)	(17.912.840)	(1.686.113)
Incorporação de controladas			(100)	(169)
Despesas de depreciação	(324.694)	(1.633.435)	(767.265)	(82.521)
Baixas	2.189	53.403	494.201	293.876
Transferências	(45.207)	102.420	(4.890)	34.515
Saldo em 2015	(11.839.569)	(20.061.184)	(18.190.963)	(1.440.243)
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))			(108)	(163)
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(64.743)
Baixas		4.220	102.983	534
Transferências	(181)	(8.822)	8.811	318
Saldo em 2016	(12.180.172)	(21.882.250)	(18.922.968)	(1.504.760)
Imobilizado líquido				
Saldo em 2015	1.488.812	1.758.367	11.463.364	3.574.706
Saldo em 2016	1.990.432	1.795.306	11.567.929	63.519.246
Taxa anual de depreciação (média)	11%	10%	8%	8%

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.978.905 (2015 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 10% a.a.

16. INTANGÍVEL

	Controladora		Sistemas de	
	2016	2015	Intangível em formação	processamento de dados
Saldo em 01/01/2015	23.640	2.292.267	230.030	6.410
Adições	170.866	25.317		244
Transferências	(178.399)	172.950		5.449
Saldo em 2015	16.107	2.490.534	230.030	6.410
Adições	53.575	16.040		290
Transferências	(72.741)	72.060		681
Saldo em 2016	2.941	2.578.634	230.030	6.410
Amortização acumulada				

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento Contratual	
	2016	2015	2016	2015	Principal	Juros
Instituições financeiras	9.849.397	11.064.559	11.055.452	12.344.194		
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.598.001	2.416.314	2.598.001	2.416.314	Jul/2016 a Jan/2028	Mensal/Semestral
CRF - Certificados de Recebíveis Imobiliários	1.095.597	947.240	1.095.597	947.240	Ago/2022	Anual
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.155.799	7.701.005	7.361.854	8.980.640	Jul/2016 a Jun/2025	Mensal/Semestral
Debêntures públicas	53.237	50.023	53.237	50.023	Jul/2021	Anual
Mutuo e Debêntures com partes relacionadas (Nota 24)	3.964.353	2.684.640	8.952.421	3.164.547	Dez/2017	Anual
Subtotal	13.865.987	13.799.222	20.061.110	15.558.764		
Custos de transação	(119.396)	(124.020)	(121.556)	(128.960)		
Total	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804		
Circulante	10.230.530	2.259.612	11.691.481	2.528.653		
Não circulante	3.517.061	11.415.590	8.248.073	12.903.151		

O pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui um evento de inadimplência nos termos dos contratos vigentes. Para efeitos contábeis e de divulgação, a parcela dos empréstimos e financiamentos exigíveis nos termos contratuais no longo prazo foi reclassificada para o passivo corrente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016. Os saldos com mútuos e debêntures de controladas foram mantidos no balanço conforme maturidade contratual definida.

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instituições financeiras	119.396	124.020	121.556	128.960
Total	119.396	124.020	121.556	128.960
Circulante	119.396	31.280	121.556	32.060
Não circulante		92.740		96.900

Composição da dívida por moeda

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Reais	8.815.304	7.572.575	9.413.815	9.429.177
Euro			5.593.452	
Dólar Norte-Americano	4.932.287	6.002.627	4.932.287	6.002.627
Total	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804

Composição da dívida por Indexador

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Indexador/Taxa				
0,90% a.a.				
Libor Dólar	4.482.646	5.186.468	4.482.646	5.186.468
CDI	6.031.730	5.011.489	5.426.345	5.491.396
9,0% a.a.				
ILP	1.476.832	1.501.433	2.384.026	2.432.598
IPCA	1.126.245	970.234	1.126.245	970.234
2,25% a.a.				
Taxa pré-fixada	630.138	1.005.578	6.479.300	1.290.370
MNPC			40.992	60.751
Total	13.747.591	13.675.202	19.939.554	15.431.804

Descrição das principais operações de empréstimos e financiamentos

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	2015
Trabalhista	412.585	354.023
Tributária	19.923.379	18.567.141
Cível	827.814	861.120
Total	21.163.778	19.782.453

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora			Total
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 01/01/2015	346.022	492.183	1.075.088	1.913.293
Adições / Reversões	36.363	(102.801)	29.949	231.511
Baixas por pagamento/encerramentos	(62.314)	(116.743)	(310.429)	(489.486)
Atualização monetária	43.932	(19.891)	44.552	68.593
Saldo em 2015	364.003	252.748	1.107.160	1.723.911
Adições / Reversões	33.130	43.791	196.734	273.655
Baixas por pagamento/encerramentos	(62.226)	(56.292)	(222.626)	(341.144)
Atualização monetária	58.210	10.869	79.510	148.589
Saldo em 2016	393.117	251.116	1.160.778	1.805.011

	Consolidado			Total
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 01/01/2015	433.799	542.086	1.213.808	2.189.693
Incorporação de controladas	738	6.987	785	8.510
Adições / Reversões	46.300	(92.845)	465.741	419.196
Baixas por pagamento/encerramentos	(85.769)	(129.679)	(501.246)	(716.695)
Atualização monetária	51.508	(7.831)	60.037	103.714
Saldo em 2015	446.580	318.718	1.238.125	2.004.423
Aquisição de investimentos	(392)	312.610	3.867	315.285
Adições / Reversões	61.316	72.748	380.119	494.183
Baixas por pagamento/encerramentos	(62.454)	(100.412)	(392.971)	(555.837)
Atualização monetária	83.540	12.313	112.090	208.943
Saldo em 2016	526.590	615.377	1.322.030	2.463.997

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Tributárias:

(i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do retendo imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(v) Demais ações - Referem-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Trabalhistas:

(i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos queiros, doença do trabalho, danos morais e estabilidade provisória.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Moeda	9845,804	7672,575	9.412,845	9.429,177
Dólar Norte-Americano	4.982,267	6.002,627	5.593,452	6.002,627
Total	13.747,591	13.675,202	19.939,554	15.431,804

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
Indexador/Taxa	2016	2015	2016	2015
0,90% a.a.				
Libor Dólar	4.482,646	5.186,468	4.482,646	5.186,468
GBI	6.031,730	5.911,489	5.426,345	5.491,395
0,0% a.a.				
TJLP	1.476,832	1.501,438	2.384,026	2.330,586
IPCA	1.128,245	970,234	1.126,245	970,234
2,25% a.a.				
Taxa pré-fixada	630,138	1.005,578	5.479,300	1.299,320
INPC			40,992	68,751
2,43% a.a.				
Total	13.747,591	13.675,202	19.939,554	15.431,804

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade da rede fixa móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contratadas pela Companhia e suas subsidiárias são: CDB - "China Development Bank" e "Delcredere Ductore", e FEC - "Finnish Export Credit".

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.035 milhões.

Covenants

A Companhia, originalmente, possui obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo do contrato de financiamento. Vale ressaltar que, caso o evento de recuperação judicial constitua um evento de inadimplência nos termos dos contratos de dívida, os passivos afetados a estes contratos foram reclassificados para o passivo corrente. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros não são aplicáveis.

18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
SMF				
Concessões STFC	55.804		73.982	12.936
Total	55.804		81.494	12.936
Circulante	55.804		77.421	9.193
Não circulante			4.073	3.743

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiodifusão e autorizações de prestação de SMF e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	2017	2018
2017	77.421	
2018	3.630	
2019	443	
Total	81.494	

19. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	249.702	270.218	314.172	315.434
Total	249.702	270.218	314.172	315.434
Circulante	318.777	30.945	48.542	35.739
Não circulante	217.825	239.273	265.630	279.695

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nº 12.865/2013 e nº 9.962/2014 são compostos como segue:

19. Principais eventos relacionados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Tributárias

(i) ITR sobre estações: Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida, tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela da perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(v) Demais ações: Referem-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Trabalhistas

(i) Horas extras: Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações: Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença de trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos: Referem, substancialmente, às expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração: Referem-se ao pleito decorrente da suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Cumprimento de aposentadoria: Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

(vi) Diferenças salariais: Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito a repescagem do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado.

(vii) Verbas rescisórias: Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças.

(viii) Multas trabalhistas: Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nas prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(ix) Vínculo empregatício: Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(x) FGTS: Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS de reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em razão das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(xi) Subordinação: Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(xii) Demais ações: Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

Cíveis

(i) ANATEL - Em 31 de dezembro de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL processos por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 4.203 milhões, dos quais R\$ 2.162 milhões estavam relacionados a multas já emitidas pela ANATEL. A Companhia e a ANATEL estão negociando termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com vista à conversão dos descumprimentos em obrigações futuras de investimento e/ou benefícios a clientes. Até a presente data o Conselho Diretivo da ANATEL deliberou o TAC de Qualidade e Universalização que perfaz um montante de R\$ 1.529 milhões, o qual está sendo avaliado pelo TCU e resultou na solicitação de esclarecimentos à Agência. Adicionalmente, existem cerca de R\$ 5.027 milhões referentes a processos de descumprimento que se encontram fora da esfera da ANATEL. A Companhia discorda e contesta a existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. Cabe salientar que o juízo competente pelo processo de recuperação judicial determinou a instauração do procedimento de mediação entre a Oi e a ANATEL e a Advocacia Geral da União, para que, nos termos da Cláusula 4.3.2.8 do Plano de Recuperação Judicial, seja possibilitada a transação quanto aos créditos da Classe III (Multas Administrativas). No dia 24 de novembro de 2016, foi realizada a audiência para resolver consensualmente o débito com a ANATEL, como parte do procedimento de mediação instaurado em virtude do processo de recuperação judicial. O juiz responsável pelo processo determinou que fossem instaurados dois processos de mediação - um relativo a multas que já estão sendo cobradas em ações judiciais, e outro, relativo a créditos que estão sendo apurados em processos administrativos na ANATEL. O juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro também indicou os mediadores para lidarem com os dois processos, que deverão ser concluídos no prazo de 90 (noventa) dias.

(ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iii) Demais ações: Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia a revisão de condições contratuais por supervenientes

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão lavadas a efeito pelas Leis nº 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	Consolidado				2015
	Principal	Multas	Juros	Total	
COFINS					
Imposto de renda	33.414	3.365	109.880	146.659	161.267
PIS	45.195	2.480	33.150	80.825	83.112
Contribuição social	16.973		16.328	33.301	34.243
INSS	12.302	761	1.459	20.522	21.083
Juros	6.984	2.220	4.917	14.121	6.221
Total	9.292	2.197	7.255	18.744	9.488
Total	124.160	11.023	178.599	314.172	315.434

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2017	31.877	48.542
2018	31.877	47.931
2019	31.877	37.423
2020	31.877	37.423
2021	31.877	37.423
2022 a 2024	90.317	106.080
Total	249.702	314.172

Os refinanciamentos nos termos da Lei nº 11.941/2009 e 12.865/2013 foram pactuados em 180 meses. As empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais. Os débitos da Companhia e de suas controladas incluídos nos referidos parcelamentos estão divididos em diversas modalidades, determinadas pela natureza do tributo (previdenciário ou não) e pelo órgão responsável pela administração da dívida (RFB - Receita Federal do Brasil ou PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

20. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributárias				
(i) ICMS	249.809	210.412	367.832	277.197
(ii) ISS	62.064	64.869	66.423	71.070
(iii) ILL	3.172	6.882	3.172	6.882
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	28.286	27.162	30.286	29.008
(v) Demais ações	49.786	54.678	59.067	62.423
Total	393.117	364.003	526.590	446.580
Trabalhistas				
(i) Horas extras	85.077	83.603	206.763	101.636
(ii) Indenizações	28.149	29.566	75.572	44.049
(iii) Adicionais diversos	52.839	54.423	122.941	63.979
(iv) Estabilidade / reintegração	25.509	23.360	66.237	32.778
(v) Complemento de aposentadoria	16.061	15.356	35.603	15.811
(vi) Diferenças salariais	7.131	7.537	17.140	9.681
(vii) Verbas rescisórias	5.422	5.440	15.246	8.921
(viii) Multas trabalhistas	5.832	5.719	13.580	6.489
Honorários advocatícios/periciais	3.523	8.135	10.809	10.931
(ix) Vínculo empregatício	7.527	6.490	16.573	6.801
(x) FGTS	1.498	1.546	4.037	2.164
(xi) Subsidiariedade	139	124	304	127
(xii) Demais ações	12.409	11.449	30.572	15.301
Total	251.116	252.748	615.377	318.718
Cíveis				
(i) ANATEL	766.899	757.816	814.440	803.576
(ii) Juizado Especial	73.657	84.533	154.674	158.344
(iii) Demais ações	320.222	264.811	352.916	282.285
Total	1.160.778	1.107.160	1.322.030	1.239.125
Total das provisões	1.805.011	1.723.911	2.463.997	2.004.423
Circulante	176.907	293.613	267.514	398.782
Não circulante	1.628.104	1.430.298	2.176.483	1.605.641

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

ultrapassam 40 salários mínimos

(iii) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a rescisão de contratos por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para as quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outras.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

(i) ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 9.179.895 (2015 - R\$ 8.751.785). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributados pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

(ii) Impostos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas referentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.991.406 (2015 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelas autoridades responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 653.915 (2015 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a Telemar pelas autoridades previdenciárias (NFLDs de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação montou a R\$ 146.088 (2015 - R\$ 289.807).

(iv) Tributos federais - As autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 4.263.663 (2015 - R\$ 3.870.627). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

• A Companhia possui diversos casos administrativos e judiciais de compensação, nos quais se discute créditos de pagamento a maior de PIS e COFINS, decorrente em sua maioria de alargamento de base de cálculo - Lei nº 9.718/98, exclusão da base de cálculo de receitas de interconexão, exclusão de receitas de telecomunicações do sistema cumulativo, bem como de pagamento a maior de IRPJ e CSLL. Esses casos totalizam R\$ 2.442.421 (2015 - R\$ 2.412.744) e segundo a avaliação dos advogados da companhia, o grau de risco atribuído a esses casos é possível.

• IRRF - Mútuo - A Receita Federal do Brasil autuou a Telemar no valor histórico de R\$ 160.083 (dez/2007) (2016 - R\$ 392.079) pela falta de retenção do IRRF devido nos anos-calendário de 2002 e 2003 por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora INL. A impugnação administrativa foi julgada parcialmente procedente. O recurso voluntário interposto pela Companhia foi provido quase que em sua integralidade pelo CAH, sendo certo que o recurso especial manejado pela Procuradoria da Fazenda foi inadmitido pelo Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais, tornando-se definitiva, assim, a decisão que reduziu a autuação fiscal em R\$ 269.270 (valores atualizados). Atualmente, encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela companhia - e já admitido pela CSRF - contra a parcela do auto de infração mantida pelo CAH.

Trabalhistas:

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 412.585 (2015 - R\$ 354.023).

Cíveis:

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente R\$ 827.814 (2015 - R\$ 861.120).

Garantias:

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto a ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 7.278.499 (2015 - R\$ 7.642.434), na controladora e R\$ 8.443.326 (2015 - R\$ 9.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 08.000.001-79

21. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas a aprovar	1.250.752	1.316.173	1.311.456	1.497.206
Antecipações de clientes	40.546	42.996	985.072	552.462
Contribuição em favor de terceiros	29.877	17.148	45.282	30.674
Provisão para desmobilização de ativos	9.741	9.361	9.741	9.361
Verbas a pagar a partes relacionadas				263.679
Outros	139.375	70.173	637.497	247.894
Total	1.470.291	1.455.851	2.989.048	2.601.220
Contribuição	262.932	177.778	1.697.520	1.206.249
Não vinculada	1.207.359	1.278.073	1.291.528	1.394.971

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 11.661.092 (2015 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2016	2015
Capital total em ações		
Ações ordinárias	154.032	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465	190.465
Total em circulação	344.497	344.497

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas observando o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto. Dentro do limite do capital autorizado o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compra de ações e exclusão do direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Reservas de capital

Reserva de ação na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

Ação em transações de capital e variações de porcentagens de participações

SP: (i) Idade de 26 a 30 anos - faixa de Contribuição Básica de 4% a 8% do SP; (ii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de Contribuição Básica de 5% a 8% do SP; (iii) Idade de 36 a 40 anos - faixa de Contribuição Básica de 6% a 8% do SP; (iv) Idade de 41 a 45 anos - faixa de Contribuição Básica de 7% a 8% do SP; e (v) Idade de 46 ou mais anos - faixa de Contribuição Básica de 8% do SP.

A Contribuição mensal dos Participantes do grupo Fundador/Alternativo (incorporado) corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo BRTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante do grupo BRTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPLRI. Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0025-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação; e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0026-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - faixa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - faixa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - faixa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - faixa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - faixa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - faixa de contribuição básica de 8% do SP.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNCP

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0027-10.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Reserva de investimentos para absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída e título de dividendos.

Reserva de investimentos
A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer aplicações, investimentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(d.1) Ajuste em transações de capital e variações de percentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B"; bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B" destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais através do Decreto-Lei nº 13.76/74, com recursos de incentivos fiscais.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada a realização da reserva de investimentos para a absorção do prejuízo do exercício de 2015 no montante de R\$ 2.196.272.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 2.355.293 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, será realizado o valor de R\$ 2.355.293 da reserva de investimentos para absorção do prejuízo do exercício.

(f) Lucro por ação básico e diluído

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído

	2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(2.355.293)	(2.196.272)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(1.053.102)	(982.000)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(1.302.191)	(1.214.272)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(6,84)	(6,38)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(6,84)	(6,38)

(g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da OI no capital da controlada Serede.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2016.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
----------------------	-------------------------	--------

- Plano de Pensão de Aposentadoria (PAPA) - Plano de benefícios de aposentadoria com base de contribuição de 6% a 8% do SP e (vi) idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNCP

Plano de benefício definido. As contribuições para o plano PBS-TNCP são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o de capitalização.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(vi) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TNL PCS) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição variável, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controladora. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custo do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custo das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertenciam ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2016, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios da previdência administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, conseqüentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

M: "montações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial"

Controladora	Planos de Assistência Médica
2016	

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Acionárias - básicas e diluídas (6,84) (6,38)
 Ações preferenciais - básicas e diluídas (6,84) (6,38)
 (g) Participação de não controladores
 A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Serede.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2016.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Telemar, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PBS-A	Telemar	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-INCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Plano BrTPREV	334	288
Circulante	301	252
Não circulante	33	36

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Plano TCSPREV	4.518	4.892
Circulante	705	53
Não circulante	3.813	4.839

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 2002.0017.74

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo BrTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, de acordo com a idade e escolha do Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de Contribuição Básica de 3% a 8% do

bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora			
	2016			Planos de Assistência Médica
	Planos de Pensão			PAMA
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	238.440	2.613.323	2.957.032	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355	136.029
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Contribuições de participantes vertidas no ano	42			
Benefícios pagos líquidos	(21.115)	(230.684)	(292.754)	(135.107)
Constituição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	31.989	553.092	455.136	1.003.664
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	279.148	3.265.462	3.486.769	2.075.073
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	271.134	3.049.815	5.030.307	2.007.048
Rendimentos dos ativos do plano	34.062	385.326	638.954	258.724
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	115			
Pagamento de benefícios	(21.115)	(230.685)	(292.755)	(135.107)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	22.310	401.004	(15.906)	268.153
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	306.506	3.605.460	5.360.600	2.398.818
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(27.358)	(339.998)	(1.873.831)	(323.745)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.358	339.998	1.873.831	323.745
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

	Controladora			Planos de Assistência Médica PAMA
	2015			
	Planos de Pensão		PBS-A	
PBS-Telemar	TelemarPrev			
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	242.108	2.704.907	3.048.999	
Juros sobre obrigações atuariais	27.446	308.055	343.562	
Custo do serviço corrente	80	2.157		
Contribuições de participantes vertidas no ano	43			
Benefícios pagos líquidos	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Constituição de obrigação atuarial				1.070.450
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(11.869)	(105.295)	(140.674)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	238.440	2.613.323	2.957.033	1.070.450
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	251.978	2.920.300	5.868.212	
Rendimentos dos ativos do plano	28.622	333.537	677.075	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	114			
Pagamento de benefícios	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos			(1.675.895)	2.007.048
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	9.788	2.479	455.770	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	271.134	3.049.815	5.030.308	2.007.048
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(32.694)	(436.492)	(2.073.275)	(936.598)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	32.694	436.492	2.073.275	936.598
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

TELEMAR NORTE-LESTE S/A - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

185.114

	Consolidado							
	2016							
	Planos de Pensão							
	BT/TPREV	TCS/TPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELP/TPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.857.032	24.918	89	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	29.768	336.455	367.355	3.125	11	136.029
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912		38	4	37
Contribuições de participantes vertidas no ano			42			9	1	
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.754)	(2.325)		(135.107)
Constituição de obrigação atuarial								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(35)	60	31.989	564.450	455.136	3.439	28	1.003.664
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.538	2.606	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.151	7183	271.134	3.134.969	5.030.307	50.269	2.501	2.007.048
Rendimentos dos ativos do plano	141	934	34.062	396.140	638.954	6.449	327	258.724
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora								
Contribuições normais recebidas pelo plano:			115			21	2	
Patrocinadora			73			12	1	
Participantes			42			9	1	
Pagamento de benefícios	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.754)	(2.325)		(135.107)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(5)	583	22.310	398.247	(15.906)	270	(277)	268.153
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.204	8.690	306.506	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.396.818
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	334	(5.994)	(27.358)	(347.180)	(1.673.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		1.476	27.358	347.180	1.873.831	25.480	2.420	323.745
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ¹⁾	334	(4.518)						

Consolidado

2015

Planos de Pensão							
	BT/TPREV	TCS/TPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELP/TPREV
Valor presente da obrigação							

A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCS/TPREV reconhecido nas Demonstrações financeiras da Companhia, no valor de R\$ 4.892 (2015 - R\$ 4.518), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Componentes das despesas (receitas) dos benefícios

Controladora

2016

Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA	
24	1.586			37
29.768	328.145	367.355		136.029
(34.062)	(385.326)	(638.954)		(258.724)
4.282	57.180	271.599		122.695
(12)	(1.585)			(37)

Custo do serviço corrente
Juros sobre obrigações atuariais
Rendimento dos ativos do plano
Juros sobre o passivo oneroso
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Total da despesa (receita) reconhecida

Controladora

2015

Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA	
80	2.157			
27.446	308.055	343.562		
(28.622)	(333.537)	(677.075)		
1.168	25.481	333.513		
(72)	(2.156)			

Custo do serviço corrente
Juros sobre obrigações atuariais
Rendimento dos ativos do plano
Juros sobre o passivo oneroso
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido
Total da despesa (receita) reconhecida

Consolidado

2016

Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica
BT/TPREV	TCS/TPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP	CELP/TPREV	PAMA	
39	62	24	1.912		38	4	37	
178	293	29.767	336.455	367.355	3.125	11	136.029	
(141)	(834)	(34.062)	(396.140)	(638.954)	(6.449)	(327)	(258.724)	
		4.283	59.685	271.599	3.321	316	122.695	

Custo do serviço corrente
Juros sobre obrigações atuariais
Rendimento dos ativos do plano
Juros sobre o passivo oneroso
Efeito do ativo atuarial líquido

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE-LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.


Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

334	(5.994)	(27.358)	(347.180)	(1.873.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)	Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(936.598)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso								Total da despesa (receita) reconhecida	
1476 27358 347180 1873831 25480 2420 323745								Consolidado	
(-) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾								2016	
334	(4.518)	Consolidado							Planos de Assistência Médica
2015								Planos de Pensão	
Planos de Pensão								PBS- Telemar	PBS- Telemar
BTPREV TCSPREV Telemar Prev PBS-A TNCP CELPREV PAMA								PBS- Telemar	PBS- Telemar
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1476	2006	242.108	2.769.924	3.048.999	25.842	94	39	62
Juros sobre obrigações atuariais	165	236	27.446	315.487	343.562	2.940	10	178	293
Custo do serviço corrente	33	58	80	2.600		62	4	(141)	(304)
Contribuições de participantes vertidas no ano			43			18	1	4.283	59.685
Benefícios pagos líquidos	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)			271.599
Constituição de obrigação atuarial							1.070.450	(12)	(1.912)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(163)	3	(11.869)	(197.326)	(140.674)	(1.977)	(20)		(35)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89		(4)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.132	5.730	25.197	2.994.587	5.868.212	48.794	2.367		(37)
Rendimentos dos ativos do plano	124	676	28.622	342.065	677.075	5.658	279		
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora									
Contribuições normais recebidas pelo plano			114			35	4		
Patrocinadora			71			17	3		
Participantes			43			18	1		
Pagamento de benefícios	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)			
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos					(1675.895)		2.007.048		
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(30)	789	9.788	9.633	455.770	(2.251)	(149)		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.152	7.183	271.194	3.134.969	5.030.308	50.269	2.501		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	287	(4.882)	(32.694)	(455.610)	(2.073.275)	(25.351)	(2.412)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso			32.694	455.610	2.073.275	25.351	2.412		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	287	(4.882)							
Principais premissas atuariais adotadas								Consolidado	
								2015	
								Planos de Pensão	
								PBS- Telemar	PBS- Telemar
								PBS- Telemar	PBS- Telemar
								PBS- Telemar	PBS- Telemar
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	33	57
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	165	236
Índice de aumento salarial nominal estimado	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	(124)	(676)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%		1.168
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%		26.579
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000		333.513
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs		2.715
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss		269
Taxa de rotatividade	Nulo	Nulo	0,00%	5,10%	N/A	Nulo	Nulo		
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	57 anos	57 anos	55 anos		
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%		

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 Nire: 33300152580
 Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5
 Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


 Bernardo F. S. Berwanger
 Secretário Geral

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	Nulo	Nulo	0,00%	5,10%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	57 anos	57 anos	55 anos	55 anos	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

2015

	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica
	BrTPREV	TCSPREV	PBS- Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS- TNCP	CELPREV	PAMA	
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,00%	N/A	10,61%	5,50%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs	Zimmermann Nichtzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	N/A	5,10%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2016

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2016.

b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de julho de 2016 e para o PAMA é de 30 de junho de 2016, projetado para 31 de dezembro de 2016.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão; as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCS		PBS- Telemar		PBS-		CELPREV	PAMA
	BrTPREV	PREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP		
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	10,00%	17,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	5,00%	5,00%	2,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCS		PBS- Telemar		PBS-		CELPREV	PAMA
	BrTPREV	PREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNCP		
Renda fixa	92,17%	84,25%	88,01%	91,40%	75,65%	98,93%	98,03%	100,00%
Renda variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	13,61%			
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,18%	0,01%		
Investimentos no exterior								
Imóveis	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	9,29%			
Empréstimos a participantes	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	1,28%	1,06%	1,97%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos lucros com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e coletivas, no montante total de R\$ 25.108 na controladora e R\$ 57.645 na consolidada.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da holding OI)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")		61.487		61.487
Oi Holanda		61.487		61.487
Contas a receber	158.701	954.947	800.637	399.093
Oi	103.871	59.507	800.276	398.135
Rio Alto		361	361	958
Oi Móvel	13.748	862.318		
BrT Multimídia	21.796	16.228		
Oi Internet	18.921	15.857		
Seriede	2	79		
PGA	2			
Créditos com controladas	157	23.979	4.143.112	25.715
Oi			4.142.241	1.868
Oi Serviços Financeiros		23.847	871	23.847
Oi Móvel	157	132		
Debêntures	1.075.514	939.723	1.075.514	939.723
Oi	1.075.514	939.723	1.075.514	939.723
Dividendos a receber	1.166.950	184.485	27.940	27.940
BrT Multimídia	87.593	20.500		
BrT Serviços Financeiros	1.856	1.165		
Oi Móvel	348.590	1.214		
Copart-5	27.940	27.940	27.940	27.940
Oi Internet	700.971	133.666		
Demais ativos	258.147	124.603	79.382	210.748
Oi	3.685	124.500	79.382	210.748
Oi Móvel	56.846	103		
Seriede	39.455			
BrT Multimídia	514			
Oi Internet	24.959			
Conecta	132.688			

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL


Nire: 33300152580


Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Oi Serviços Financeiros	224.137	2.917	465	2.917
Serele	1.827	13.468		
Oi Móvel	1.912	2.607		
Dommo		45		

	Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(1.579.693)	(1.714.724)	(294.940)	(526.437)
Oi	(77.242)	(91.623)	(294.940)	(526.437)
Oi Móvel	(863.842)	(1.386.915)		
Serele	(603.466)	(230.107)		
PGA	(8.147)	(5.674)		
BRT Multimídia	(343)	(374)		
Oi Internet	(6)	(29)		
Telemar Internet		(2)		
Conecta	(186.647)			
Despesas financeiras	(398.847)	(426.729)	547.382	(403.059)
Oi	(377.962)	(306.289)	(424.730)	(403.059)
Oi Móvel	(101.300)	(106.017)		
BRT Multimídia	(1.179)	(8.721)		
Oi Internet	(315)	(5.123)		
Telemar Internet		(579)		
PT Participações	81.909		81.909	
Oi Serviços Financeiros			(3.501)	
Oi Holanda			893.704	

Linhas de crédito

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2015 - 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a Oi e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

As garantias de aval são concedidas pela Oi sobre financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos.

A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pelo aval, despesas de R\$ 374.533 (2015 - R\$ 377.119).

As garantias em processos judiciais da Companhia são concedidas pela Oi mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A". Pela concessão da garantia, a Companhia remunera o avalista no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 283 (2015 - R\$ 288).

Garantias concedidas

A Companhia é avalista da controlada Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada Oi Móvel. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 1.891 (2015 - R\$ 2.590).

Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avals para Oi ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses avals totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 R\$ 283 (2015 - R\$ 288).

Responsabilidade civil - valores

(Conforme colocação do caminho de R\$ 4 de dezembro de 2016 - R\$ 4.533 - R\$ 4.533)

(*) De acordo com o Acordo nº 1476/2015 publicado no BO nº 22610/2015, está suspensa a exigibilidade da apresentação das apólices de seguro garantia.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Aquisição de investimentos

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serele, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serele celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serele, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores justos dos ativos e passivos adquiridos identificáveis até a data do balanço apresentados abaixo. A Companhia avaliará os ajustes necessários aos valores provisionais dos ativos e passivos identificáveis relacionados às aquisições da ARM e Rede Conecta, durante o período de mensuração, a ser encerrado até junho de 2017. A mensuração dos ativos e passivos identificáveis da Telemont - RJ foi concluída em 2016.

	ARM Engenharia	Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	5.062	229.899	3.126
Ativo não circulante	48.641	170.217	14.245
Ativo total	53.703	400.116	17.371
Passivo circulante	89.688	576.819	77.862
Passivo não circulante	228.983	78.625	27.164
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Passivo total	53.703	400.116	17.371
Valor de aquisição			30.700
Patrimônio líquido	(260.758)	(255.328)	(87.645)
Ágio	260.758	255.328	118.345

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no Plano de Recuperação Judicial das Empresas Oi apresentado em 5 de setembro de 2016 ("PRJ"), bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em Juízo em 28 de março de 2017.

DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Marco Norci Schroeder (Diretor Presidente)

Ricardo Malavazi Martins (Diretor de Finanças)

Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)

CONTADOR

Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ 083.182

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e acionistas da
 Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial
 Rio de Janeiro - RJ

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL


Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Então, controlados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. - Em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, em 29 de junho de 2016, a Telemar Norte Leste S.A. e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da controladora OI S.A. - Em recuperação judicial aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores (AGC) estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre pontos relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais sejam os efeitos sobre os saldos dos ativos passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data de finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativo conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36).² Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de elevar ajustes em relação aos saldos

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não se quer que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC SP/014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel CMA

Contador CRC RJ-087339/O-4

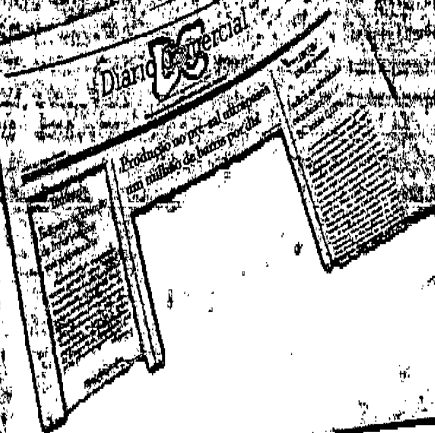


Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balancos, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020171653432 - 16/05/2017

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/05/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 5D71E73BFB985120C7350838C08237608AC867DA490ED0B21380401EC58711C5

Arquivamento: 00003041705 - 17/05/2017

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral